

**Nuno Filipe Ferreira
Antunes João**

Sistema de Apoio Logístico na Proteção Civil em Portugal

Janeiro 2024

**Nuno Filipe Ferreira
Antunes João**

Sistema de Apoio Logístico na Proteção Civil em Portugal

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gestão de Emergência, realizada sob a orientação científica do Professor Especialista José Ricardo dos Santos Bismarck Alvares Ferreira, do Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração.

Janeiro 2024

Júri

Presidente	Professora Doutora Carla Pimentel Rodrigues, ISCIA
Arguente	Professor Doutor Hugo Rodrigues, Professor Auxiliar do Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Aveiro
Orientador	Professor Especialista José Ricardo dos Santos Bismarck Alvares Ferreira, ISCIA

Agradecimentos

Este trabalho representa o fim de um ciclo que teve início, com a licenciatura, em outubro de 2017 no primeiro dia de aulas no ISCIA.

A todos os Professores e em especial ao meu orientador – José Bismarck – o meu enorme agradecimento pela ajuda e acompanhamento.

À Direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Mealhada o meu agradecimento por terem permitido todas as facilidades para frequentar este mestrado.

Ao meu sobrinho Miguel por ser tão insistente...

Aos meus pais, irmãs e restante família o meu obrigado pelo apoio e carinho que sempre tiveram comigo.

Finalmente, este projeto – Mestrado em Gestão de emergência e socorro – foi amadurecendo e sendo pensado nas muitas peregrinações anuais a Santiago de Compostela, com o meu grande amigo e companheiro de aventuras e de vida – o N.C.C – e juntamente com aquela que é a mulher da minha vida – a minha querida esposa Rita –. Aos dois o meu profundo agradecimento e reconhecimento!

Palavras-chave

Sistema de Apoio Logístico; Proteção e Socorro; Proteção Civil; Incêndios Rurais; Teatro de Operações

Resumo

O apoio logístico é fundamental para o sucesso de uma operação militar ou de proteção e socorro. Torna-se necessário criar uma doutrina devidamente enquadrada e exequível para o Sistema de Apoio Logístico na Proteção Civil em Portugal. Tomamos como exemplo os Incêndios Rurais como tipologia de ocorrências, dado que movimentam, cada vez mais, um maior número de operacionais e meios. Sendo que, muitas vezes, um volume assinalável de recursos não tem o efeito esperado no combate aos incêndios rurais. Uma das principais razões é não haver um apoio logístico capaz de ser rapidamente implementado e dimensionado à complexidade dos Teatros de Operações. Podemos e devemos transpor, depois, um conceito sistematizado de Apoio Logístico para todas as operações de proteção e socorro que exijam, pela sua dimensão ou complexidade, um suporte logístico eficaz e eficiente.

Importa que seja efetuado um levantamento de como tem sido encarada a dimensão logística neste tipo de eventos e tentar, de alguma forma, uniformizar e fixar procedimentos para que a questão Logística, desde a fase inicial até à conclusão de uma operação de proteção e socorro, consiga cumprir a sua principal tarefa – a sustentação dos meios empenhados num Teatro de Operações.

Keywords

Logistics Support Systems; Civil Protection and Relief Operation; Civil Protection; Rural Fires; Theater of Operations.

Abstract

Logistical support is essential to the success of a military or civil protection and relief operation. It is necessary to create a properly framed and enforceable doctrine for the Logistics Support System in Civil Protection in Portugal. We take Rural Fires as an example of occurrences, since they increasingly involve a greater number of operatives and resources. In many instances, a considerable amount of resources does not have the expected impact on fighting rural fires. One of the main reasons for this is that there is no logistical support capable of being rapidly implemented and adjusted to the complexity of the Theaters of Operations. We can, and must, afterwards, apply a systematized concept of Logistical Support to all civil protection and relief operations that require effective and efficient logistical support, due to their size or complexity. It is important to carry out a survey of how the logistical dimension has been regarded in this type of events. It is also relevant to attempt, in some way, to standardize and establish procedures, so that Logistics, from the initial stage to the conclusion of a civil protection and relief operation, can accomplish its main task – to support the resources allocated to a Theater of Operations.

ÍNDICE

Agradecimentos	iv
Palavras-chave	v
Resumo	v
Keywords	vi
Abstract	vi
ÍNDICE	vii
Índice de figuras.....	x
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	xi
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	2
1.1. Enquadramento da investigação.....	2
1.2. Justificação do tema	3
1.3. Objetivos da investigação	5
1.4. Estrutura do trabalho	6
1.5. Limitações do estudo	7
CAPÍTULO 2 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	8
2.1. A definição de Logística	8
2.1.1. O conceito de Logística	8
2.1.2. Perspetiva histórica	11
2.2. A Proteção Civil em Portugal	14
2.2.1. Evolução histórica	14
2.2.2. Momento atual.....	17
2.2.2.1. Organização do Sistema de Proteção Civil em Portugal.....	17
2.2.2.2. O Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro	18
2.2.2.3. O Sistema de Gestão de Operações	22
2.3. Responsabilidades de apoio logístico nos TO	24

2.4. A logística militar	27
2.4.1. A logística militar como sistema.....	27
2.4.1.1. Os níveis da Logística.....	27
2.4.1.2. As funções logísticas	28
2.4.1.3. Os princípios logísticos	30
2.5. A logística humanitária.....	32
CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA.....	36
3.1 Método de investigação	36
3.2 Fontes de informação	37
3.3 Entrevistas estruturadas	37
3.3.1. Entrevistados	38
3.3.2. Análise de conteúdo.....	39
3.4 Inquéritos	39
3.4.1. Inquiridos.....	40
3.4.2. Análise de conteúdo	41
CAPÍTULO 4 – RESULTADOS	42
4.1. Entendimento sobre as funções da Logística	42
4.2. Responsabilidade pelo suporte logístico.....	43
4.3. Identificação dos principais constrangimentos.....	45
4.3.1. Fornecimento e transporte de alimentação	46
4.3.2. Reparação de equipamentos e veículos.....	47
4.3.3. Apoio sanitário	47
4.3.4. Abastecimento de combustível.....	48
4.3.5. Infraestruturas de apoio	48
4.3.6. Dependência de terceiros	48
4.3.7. Gestão do Tempo	49
4.3.8. Planeamento e coordenação	49
4.4. Soluções para melhorar a ação Logística.....	49
4.5. Entendimento sobre a elaboração de uma doutrina geral.....	50

CAPÍTULO 5 – ANÁLISE E DISCUSSÃO	52
5.1. Logística em operações proteção e socorro	52
5.2. Padronização	53
5.3. Ferramenta de planificação.....	53
5.3.1. Checklist	54
5.3.2. Veículos e equipamentos	60
5.3.3. Alimentação	60
5.3.4. Água	62
5.3.5. Apoio sanitário	63
5.3.5.1. Descanso e higiene.....	63
5.3.5.2. Saúde.....	64
5.3.6. Considerações gerais	65
CAPÍTULO 6 – CONCLUSÃO	66
6.1. Aprendizagem do estudo da Logística Militar	66
6.2. Satisfação dos Objetivos da Investigação.....	67
6.3. Recomendações e propostas para trabalhos futuros.....	68
BIBLIOGRAFIA	70
ANEXOS	77
ANEXO A	77
ANEXO B	78
ANEXO C	80
ANEXO D	82
ANEXO E	85
ANEXO F	109

Índice de figuras

Figura 1 – Síntese da reforma dos principais instrumentos legislativos do sistema nacional de Proteção Civil Pág. **16**

Figura 2 – Organograma dos órgãos de direção, coordenação e execução da Política de Proteção Civil e da estrutura do SIOPS Pág. **18**

Figura 3 – Gráfico ilustrativo da distribuição por tipologia dos 44 inquiridos do presente trabalho Pág. **42**

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AAP	Área de Atuação Própria
ANPC	Autoridade Nacional Proteção Civil
ANEPC	Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
APC	Agentes de Proteção Civil
AHBV	Associações Humanitárias detentoras de corpos de bombeiros
CCO	Centro de Coordenação Operacional
CCOM	Centro de Coordenação Operacional Municipal
CCON	Centro de Coordenação Operacional Nacional
CCOR	Centro de Coordenação Operacional Regional
CCOS	Centro de Coordenação Operacional Sub Regional
CEIPC	Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil
CELOG	Célula de Logística
CELOP	Célula de Operações
CEPLAN	Célula de Planeamento
CETAC	Centro Tático de Comando
CIM	Comunidade Intermunicipal
CMPC	Comissão Municipal de Proteção Civil
CNEPC	Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil
CREPC	Comando Regional de Emergência e Proteção Civil
CODU	Centro de Orientação de Doentes Urgentes
CONEPC	Comandante Nacional de Emergência e Proteção Civil
COSREPC	Comandante Sub Regional de Emergência e Proteção Civil

COREPC	Comandante Regional de Emergência e Proteção Civil
COS	Comandante das Operações de Socorro
CREPC	Comando Regional de Emergência e Proteção Civil
CSCMP	Council of Supply Chain Management Professionals
CSREPC	Comando Sub Regional de Emergência e Proteção Civil
CTI	Comissão Técnica Independente
DCIR	Defesa Contra Incêndios Rurais
DECIR	Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais
DFCI	Defesa da Floresta Contra Incêndios
DGS	Direção Geral de Saúde
D.L.	Decreto de Lei
DIOPS	Dispositivo Integrado de Operações de Proteção e Socorro
DON	Diretiva Operacional Nacional
EDCB	Entidade Detentora do Corpo de Bombeiros
EME	Estado-maior do Exército
ENB	Escola Nacional de Bombeiros
EUA	Estados Unidos da América
GNR	Guarda Nacional Republicana
LBP	Liga dos Bombeiros Portugueses
LBPC	Lei de Bases de Proteção Civil
NATO	North Atlantic Treaty Organization – Organização do Tratado do Atlântico Norte
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais

OTI	Observatório Técnico Independente
PC	Posto de Comando
PCO	Posto de Comando Operacional
PDE	Publicação Doutrinária do Exército
SCM	Supply Chain Management
SGO	Sistema de Gestão de Operações
SNB	Serviço Nacional de Bombeiros
SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil
SIOPS	Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro
SMPC	Serviço Municipal de Proteção Civil
TO	Teatro de Operações

“Para gerir uma crise é preciso saber aprender depressa.
Para aprender depressa durante uma crise,
é preciso ter aprendido muito antes da crise”

Patrick Lagadec, 1994

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

1.1. Enquadramento da investigação

Por muito investimento que se exija – seja à Administração Central, seja às associações detentoras de corpos de bombeiros – a verdade é que há uma dimensão muito relevante para a eficácia e eficiência das operações de proteção e socorro que depende mais de um bom planeamento, de uma preparação cuidada e de uma capacitação dos agentes, do que propriamente de investimento, de equipamentos ou de infraestruturas materiais. Falamos da retaguarda às operações, referimo-nos ao Apoio Logístico que garanta as condições necessárias – não as mínimas, mas as necessárias – para que a força operacional possa executar a missão em condições e com qualidade.

A Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, mesmo com todas as retificações (em 2006) e alterações subsequentes (em 2011 e 2015), que estatui a Lei de Bases da Proteção Civil (LBPC), define como Proteção Civil o conjunto das atividades desenvolvidas pelo Estado, Regiões Autónomas, Autarquias Locais, bem como por todas as entidades públicas ou privadas, e que tem por objetivo “prevenir riscos coletivos derivados de situações de acidente grave ou catástrofe, a proteção de pessoas e bens que estejam ameaçados por um determinado perigo e a mitigação dos efeitos quando estas situações ocorram”.

Esta dimensão – que é, convenhamos, uma função de soberania do Estado – pelo impacto e complexidade que, cada vez mais, encerra, a que o fenómeno das alterações climáticas não é alheio, obrigou os Estados e todas as entidades com responsabilidades nesta área da proteção e socorro a desenvolverem investigação, procedimentos e, acima de tudo, técnicas e doutrinas que tornem os seus sistemas de resposta cada vez mais capazes de fazer face a estas ocorrências, com eficiência e com eficácia.

Por maioria de razão, todas as estruturas conducentes à criação de um ambiente favorável para que esta dimensão de serviço público possa funcionar (vulgo Apoio Logístico) devem, elas próprias, ser objeto de estudo, de investigação e de

tratamento doutrinário e de sistematização. Nesse sentido, a presente dissertação procura ir ao encontro do entendimento de que há necessidade de uma melhoria da organização do Apoio Logístico nas grandes operações de proteção civil.

Acreditamos que este esforço de estudo e investigação é um apoio vital para tornar as operações de socorro ininterruptas, mais seguras e, como se disse, mais eficazes e eficientes. Procuramos prestar um contributo para a clarificação de conceitos e doutrina, na área logística, nas operações de proteção e socorro.

Temos consciência, claramente, de que a importância da Logística para os sistemas de proteção civil não se esgota nos incêndios rurais. Apesar de serem os incêndios rurais o principal ponto de partida deste estudo – mormente pelo facto de ser a dimensão que mais meios tem mobilizado em Portugal e em que a sensibilidade da opinião pública é mais saliente – estamos convencidos de que as principais conclusões deste estudo propõem uma visão da Logística capaz de ser aplicada em todas as grandes operações de Proteção Civil.

1.2. Justificação do tema

A sociedade – a pressão de uma comunicação social mais presente e sedenta de notícias, a par de uma maneira de consumir informação que invoca um ritmo e uma ferocidade atroz – induz nas entidades responsáveis pela proteção de pessoas e bens um escrutínio apertado em relação a todas as atividades ligadas à proteção e socorro. As decisões são analisadas e comentadas e, bem assim, todas as atividades de logística das quais pode resultar uma apreciação crítica para a opinião pública.

Perante esta realidade é necessário que as entidades a quem está confiada a prevenção, o planeamento, a resposta e a recuperação para fazer face aos diversos riscos, nos quais se inserem os incêndios rurais, sintam a pressão de procurar as melhores opções no sentido de cumprirem a sua missão com eficácia e eficiência.

O Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil (CEIPC), no estudo que promoveu logo a seguir à operação que ficou conhecida como ‘o Grande Incêndio

de Pedrogão’, em junho de 2017, garantia, no entanto, que “em Portugal não existe uma cultura de avaliação, razão por que raramente se aproveitam as ocorrências adversas – de qualquer natureza – para potenciar aprendizagens, para melhoria dos sistemas” (2017, p. 5).

Mesmo antes disso, em 2003, já a Liga de Bombeiros Portugueses (LBP), evidenciava o facto de não existir em Portugal um sistema de sustentação logística para as operações. Considerava nessa altura, há duas décadas, ser uma das principais fragilidades do sistema de proteção e socorro. Dizia-se, então, ser considerada uma “função de reduzida importância”, com indefinição, por exemplo, sobre a quem competia garantir a sustentação logística das operações de combate (LBP, 2003).

Trata-se de uma facticidade que no dia-a-dia vivemos. Conscientes deste facto, e subscritores da ideia de que ainda não existe, de forma generalizada, nem uma cultura de avaliação, nem uma doutrina aberta que vai sendo apurada e melhorada para melhorar o sistema do Apoio Logístico, em concreto, produzimos este trabalho.

Assim, procuramos contribuir para que se entenda que é necessária uma doutrina para a organização da Logística das grandes operações de Proteção Civil. Doutrina essa que deve passar pela adoção de ferramentas que visem tornar capazes todas as entidades que agem neste domínio – associações detentoras de corpos de bombeiros, serviços municipais de proteção civil, ANEPC, forças armadas, etc.

Uma doutrina facilitadora que, na proposta que conclui o estudo, passaria pela adoção de uma *checklist* passível de tornar capaz qualquer agente no sentido da satisfação necessária, sistemática, perene e duradoura de racionalidade logística proporcional ao dimensionamento da operação.

1.3. Objetivos da investigação

Consideramos serem três os objetivos centrais do estudo – através de dissertação – que aqui procuraremos satisfazer. O primeiro passa por compreender, analisar e contribuir para a identificação e conceptualização do que é o Apoio Logístico nas operações de Proteção Civil em Portugal, com incidência nas operações de extinção de incêndios rurais. Em segundo lugar, pretende-se justificar a necessidade de uma doutrina estratégica e operacional que solidifique uma sistemática geral para a implementação de operações de logística – elas próprias eficazes e eficientes – capazes de proporcionar e impactar operações de proteção civil eficazes e eficientes. Em terceiro lugar, pretende-se deixar a proposta de uma *checklist* – uma ferramenta – capaz de ser usada por qualquer agente promotor de operações de logística de modo preventivo, simples e direto. Necessariamente tivemos de nos debruçar sobre legislação e sobre literatura para definirmos a abrangência e o sistema da Proteção Civil em Portugal e, ainda, sobre o conceito de Logística e a sua interação com as diferentes necessidades e com os diversos agentes que conhecem o território e operam nas ações em concreto. Imergimos, também, numa análise sobre a Logística Militar e, de modo menos denso, mas igualmente curioso, sobre a Logística Civil e Humanitária. Achámos, por bem, depois de feito o apuramento do ‘Estado da Arte’ – e de termos justificado a convicção de que não há, na Proteção Civil em Portugal, uma doutrina global para o Apoio Logístico, indagar sobre a opinião de alguns representantes dos APC de modo a consolidarmos alguns preceitos – especialmente quanto à resposta a fragilidades e dificuldades – em relação a esta matéria. Por fim, explanámos a nossa proposta de *checklist*, para a qual tivemos, também, que fazer alguma pesquisa e estudo.

1.4. Estrutura do trabalho

A presente dissertação procura, ao mesmo tempo, transparecer muito daquelas que são as características pessoais do autor – pragmatismo, objetividade, repulsa por floreios supérfluos –, mas também a satisfação das exigências de um trabalho académico de conclusão de um importante ciclo de estudos superiores. Tentámos, para equilibrar estes dois domínios, consultar outras dissertações de mestrado e, ainda, alguma literatura sobre o assunto.

No Capítulo 1 – Introdução enquadramos o enunciado de uma proposta base que serviu de ponto de apoio a toda a investigação. Identificamos o que queremos, por que o queremos e como agimos para cumprir esse desígnio. Identificamos a metodologia e as limitações, dizemos ao que vamos.

No Capítulo 2 – Revisão Bibliográfica entramos já no desenvolvimento do primeiro objetivo deste estudo: compreender, analisar e contribuir para a identificação e conceptualização do que é o Apoio Logístico nas operações de Proteção Civil em Portugal, com incidência nas operações de extinção de incêndios rurais. Fazemos neste capítulo a Revisão Bibliográfica – pese embora não seja inócua a possibilidade de, aqui e ali, deixarmos evidenciada uma opinião pessoal sobre o assunto.

A partir do Capítulo 3 – Metodologia, mas também no Capítulo 4 – Resultados, entramos numa segunda dimensão do estudo, que passou pela auscultação da opinião e da sensibilidade de um conjunto amplo de representantes de diferentes APC. No Capítulo 3 explanamos quais os critérios estratégicos que utilizámos na auscultação. Justificamos as opções de abordagem, legitimamos as escolhas de entrevistados e inquiridos e fundamentamos as questões colocadas. No capítulo seguinte, por sua vez, apresentamos uma análise (estatística e objetiva) dos Resultados. Dissecamos os objetivos das perguntas e demonstramos as respostas que alcançámos, de modo simples e direto.

A necessária Análise e Discussão dos resultados foi remetida para o Capítulo 5. E é precisamente neste capítulo que cumprimos o segundo e o terceiro objetivos desta investigação. Acreditamos conseguir justificar a necessidade de uma doutrina estratégica e operacional que solidifique uma sistemática geral para a

implementação de operações de logística – elas próprias eficazes e eficientes – capazes de proporcionar e impactar operações de proteção civil eficazes e eficientes. Em conformidade com isso, ainda neste Capítulo 5, fazemos a proposta de uma ferramenta – uma *checklist* – capaz de ser usada por qualquer agente promotor de operações de logística de modo preventivo, simples e direto.

A Conclusão, no Capítulo 6, apresenta uma síntese onde arriscámos colocar uma abordagem um pouco mais pessoal ao estudo e à proposta apresentada e, ainda, deixamos recomendações e propostas para trabalhos futuros.

No final, para além de uma exaustiva apresentação da bibliografia consultada, deixamos todo o registo de todas as entrevistas e todas as respostas a todos os inquiridos – sem identificar os inquiridos, naturalmente – de modo a não de perder boa parte do material, em bruto, que levou à análise e discussão do presente estudo.

1.5. Limitações do estudo

Das pesquisas que foram realizadas afigurou-se como limitação a existência de pouca bibliografia disponível sobre a área logística em operações de proteção e socorro. Simultaneamente, essa mesma bibliografia aplicada a cenários de incêndio rural é igualmente escassa.

CAPÍTULO 2 – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para melhor compreender, analisar e contribuir para a identificação e conceptualização do que é o Apoio Logístico nas operações de Proteção Civil em Portugal, com incidência nas operações de extinção de incêndios rurais, teremos, sempre que analisar o ‘Estado da Arte’. Neste capítulo – de Revisão Bibliográfica, por assim dizer – começamos por definir o conceito de Logística, desde a etimologia, ao conceito validado pela ciência até à evolução histórica.

Prossegue-se, depois, pela apresentação do outro conceito da premissa: O que é, afinal, a ‘Proteção Civil em Portugal’? E a quem cabe a responsabilidade Logística, hoje em dia, num TO?.

Por fim, debruçamo-nos sobre uma perspetiva que nos parece muito relevante que passa pelo entendimento do que é a doutrina castrense da Logística. Dito de outra forma, se nos parece inspiradora a ideia de que a mais similar das abordagens à nossa realidade é a Logística militar, então, há que perceber que princípios e fundamentos a sustentam e qual o grau de similitude que nos pode inspirar. Abordamos, também, de modo menos denso, a Logística Civil e Humanitária.

2.1. A definição de Logística

2.1.1. O conceito de Logística

Logística é, nos dias de hoje, definida como uma especialidade da chamada ciência da Administração responsável por prover recursos e informações para a execução de todas as atividades de uma organização. Na prática, sendo ela própria uma especialidade da administração, visa fornecer recursos e suprir necessidades, recorrendo, por isso – dada a normal diversidade de necessidades – à aplicação de conhecimentos de outras áreas como a engenharia, economia, contabilidade, estatística, marketing, tecnologia e recursos humanos.

No âmbito operacional – e não nos referimos apenas à dimensão da proteção civil – a Logística tem subjacente uma visão organizacional, onde se pretende a gestão dos recursos (materiais, financeiros, pessoas ou informação) capazes de suprir as necessidades da organização para cumprimento dos seus objetivos.

Tantas vezes num TO se pretende passar a ideia de que a Logística subjacente a uma operação de socorro e de proteção civil se resume à alimentação dos operacionais. Essa ideia absolutamente redutora justifica a necessidade de um pensamento crítico, capaz de dar azo a uma gesta doutrinária capacitadora de uma nova maneira de estar e de administrar a Logística.

Etimologicamente, Logística deriva da palavra grega “*logistikos*”, que significa “a sabedoria em saber calcular”. Mas é no âmbito da ciência militar que a palavra ganhou relevância. Não será alheio o facto de, desde os tempos clássicos, ser dado o nome de ‘*logistika*’ aos oficiais responsáveis pela gestão e distribuição dos provimentos aos militares.

A evolução da Logística começou por acompanhar a evolução da ‘arte da guerra’. Economia e tecnologia fizeram desenvolver uma e outra e à medida que iam aumentando os tamanhos (e com isso recursos escassos) e a tecnologia das forças prontas para combate, foi-se desenvolvendo, também, a necessidade de uma Logística com um esforço acrescido de planeamento e de provimento e distribuição eficaz e eficiente.

A doutrina do Exército Português considera que Logística é “a ciência do planeamento e da execução de movimentos e sustentação de forças” (PDE 4-0, 2007:2-3). Para a NATO, e para a sua doutrina, a Logística é “a ciência de planeamento, projeção, transporte e manutenção de forças” (NATO, 2003:11). A NATO considera a Logística como “associada a diversos aspetos das operações militares, nomeadamente a obtenção, receção e armazenagem de artigos, movimentos, manutenção, evacuação, alienação de materiais e equipamentos, transporte de pessoal e materiais, construção e conservação de instalações, sustentação e fornecimento de serviços e apoio sanitário” (NATO, 2003:11).

O termo “sustentação”, que se encontra na formulação apresentada pela doutrina do Exército Português, define-se como “a capacidade das forças manterem os níveis necessários na duração do combate para atingir os objetivos. Para tal,

requer ter pessoal, equipamentos, bem como capacidade para os apoiar, quando necessário” (Thompson, 1991:297).

A NATO apresenta, ainda, dois conceitos sucedâneos mas derivados do atrás referido. O da Logística Multinacional, como “a responsabilidade coletiva das nações e da NATO de cooperarem na partilha dos abastecimentos, da utilização de capacidades e recursos para o apoio eficiente e eficaz de uma força” (NATO, 2003:105). E, ainda, o da Logística Integrada, entendida como “o processo para a coordenação dos procedimentos de apoio logístico às operações, através da otimização de todas as capacidades logísticas à disposição de um comandante”.

Se começou com a dimensão militar – e provaremos isso mais à frente – nos dias de hoje a Logística, como parte da ciência da administração – e especialmente no domínio da Economia e da Gestão –, tem, também, uma conceptualização civil, ou não exclusivamente militar.

No seu livro “Logística. Conceitos e tendências”, Benjamim Moura considera a Logística como “o processo de gestão dos fluxos de produtos, de serviços e da informação associada, entre fornecedores e clientes finais (finais ou intermédios) ou vice-versa, levado aos clientes onde quer que estejam, os produtos e serviços de que necessitam, nas melhores condições” (Moura, 2006:15).

Um dos conceitos derivados desta Logística como parte da Gestão e da Economia, e já não (apenas) da dimensão castrense é o conceito *Supply Chain Management* (SCM) que aparece na década de 1990 e que “corresponde à intensificação da integração logística, em que assume particular relevância, a cooperação e a partilha de informação” (Moura, 2006:65).

A SCM é uma função de operacionalização que comporta uma série de atividades e de organizações, em que os materiais se deslocam desde o fornecedor até ao consumidor, sendo a logística a responsável pelo fluxo de materiais. A SCM permite que sejam ultrapassadas as dificuldades que resultam das grandes distâncias que existirão entre os consumidores e o fornecedor. Para isso há o reconhecimento de diversas etapas, desde produtores, operações de terminal, armazéns e companhias de transportes, entre outras (Waters, 2003:7).

Entende-se, então, com facilidade, que o abastecimento é parte constituinte da Logística. Sendo uma necessidade básica – segundo a pirâmide da hierarquia

das necessidades de Maslow é uma necessidade fisiológica, a primeira e prioritária de todas as necessidades – a alimentação é particularmente relevante na dimensão prática da operacionalidade e do pensamento logístico. Mas como se vê e justifica, não é nem a única.

2.1.2. Perspetiva histórica

Justificada a familiaridade entre a Logística e a Guerra, parece-nos aceitável que de uma análise perspetiva histórica se consiga perceber melhor a evolução das respostas que a “função operacional” da ciência da Administração foi conseguindo dar às questões que os tempos foram demandando.

Desde dos tempos clássicos até ao século XV, os exércitos em combate eram abastecidos através do recurso do uso da força sobre uma população local, ou através de pagamento em território amigo. Na época medieval, o sistema feudal como forma de organização social, possibilitava ao soberano manter os exércitos aos menores custos, mas a verdade é que a pilhagem era sempre uma garantia. Claro que, nesta época, a Guerra era mais estática. Muito assente numa lógica de defesa ou ataque a castelos ou povoações fortificadas, ou pelo encontro em terreno aberto de campo de batalha para combate cara-a-cara. Os exércitos medievais movimentavam-se lentamente e sempre por distâncias muito curtas.

Mais tarde, durante os séculos XV e XVI, passou a ser fomentada a implementação de depósitos e armazéns nas retaguardas dos exércitos para garantir a subsistência. No século XVII, com o contributo do rei sueco Gustavo Adolfo, considerado o fundador do combate moderno, as operações militares começaram a fazer-se através do controlo de rios, com uma necessária e nova adaptação logística.

Por essa altura, os exércitos passaram, também, a ter cada vez maiores contingentes humanos. Mais combatentes obrigaram a uma ampliação das necessidades, o que acarretou uma estrutura logística superior aos períodos anteriores. Compreenda-se que grandes exércitos, para sobreviver, passaram a ter de estar constantemente em movimento, uma vez que, se permanecessem

estáticos, sendo em tão grande número, rapidamente consumiam todos os recursos de uma determinada região. Rapidamente se verificava a necessidade da 'Guerra alimentar a Guerra'. Ou seja, mais do que imperativos estratégicos ou táticos, as decisões militares estavam condicionadas à capacidade de os exércitos se sustentarem a si próprios de forma autónoma.

O desenvolvimento de uma máquina administrativa do Estado, por exemplo na França de Luís XIV, na segunda metade do século XVII, permitiu a hipótese de sustentação através de um fluxo da retaguarda. Implementou-se uma organização estruturada e planificada, com o estabelecimento de depósitos – abastecidos por fornecedores civis a quem era paga a mercadoria cedida – ao longo das linhas de operações, bem como um sistema adequado de transportes.

Já Napoleão, um dos maiores líderes militares da História, introduziu uma nova escala na arte da guerra. Para além de uma grande dimensão da força humana, a sua ambição levou a que se travassem batalhas a uma grande distância da França natal. Este facto, obrigou a inovações ao nível da conduta da guerra, e, naturalmente, a diversas formas de obtenção de recursos. A forma predominante voltou a ser a pilhagem ou 'a obtenção de recursos locais'... isso possibilitou uma maior rapidez da movimentação das forças, a uma maior dispersão, a uma libertação dos fluxos da retaguarda... mas, também, a uma vulnerabilidade que foi usada pelo inimigo. A Política da 'Terra Queimada', por exemplo, que o general Wellington levou a cabo em Portugal nas Invasões Francesas (1807-1811) que visava subalimentar o exército napoleónico queimando os víveres antes da sua passagem.

Durante o século XIX, o rápido desenvolvimento tecnológico alterou o carácter da guerra e deixou de ser necessário apenas víveres para os homens e forragem para os animais. O desenvolvimento tecnológico da Guerra levou a um progresso na transformação da Logística.

Na Guerra Civil Americana (1861-1865), por exemplo, a existência do caminho-de-ferro, do telégrafo e da metralhadora automática, passaram a possibilitar outro tipo de dimensão na forma como a guerra passou a ser feita. Claro que passaram a existir novos requisitos e novas necessidades, como a produção e fornecimento de grandes quantidades de munições, por exemplo.

Já a Revolução Industrial gerou um progresso, não apenas na forma como os abastecimentos eram disponibilizados, mas, especialmente, na forma como os artigos eram gerados. O período de 1870-1914, com a introdução do motor de combustão e de armas de repetição, marcou uma nova fase na logística e na guerra, nomeadamente com a produção de equipamentos e abastecimentos em fábricas, armazenados em depósitos, transportados para a frente e distribuídas às forças para serem consumidas.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) levou a uma padronização de equipamentos, e o aumento e desenvolvimento de novos meios de transportes. Em termos logísticos este conflito, em função do número de efetivos, meios materiais envolvidos, esforço de produção, e necessidades de consumos, veio dar um impulso decisivo à Logística, em termos de relevância, sendo considerada um fator decisivo no desfecho dos conflitos, para além de consolidar o reconhecimento da sua importância, em particular no apoio às operações militares.

Já a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) veio consagrar a importância da Logística como ramo do conhecimento militar. Os enormes efetivos envolvidos, o desenvolvimento dos meios aéreos com capacidade para atingirem alvos a grande profundidade nas retaguardas inimigas e com grande grau de destruição, bem como o número e dispersão dos TO, obrigaram a um apoio colossal às forças militares.

Seguiu-se o período da Guerra Fria, com conflitos muito densos, como a Guerra do Vietnam, mas foi com a Primeira Guerra do Golfo (1990) que, sob o ponto de vista logístico, se dá por terminado o paradigma vivido desde a Segunda Guerra Mundial. A Guerra no Golfo Pérsico foi um teste à capacidade de projeção do instrumento militar para uma região em crise. De acordo com Jimmy Ross, na altura um dos responsáveis pela logística do Exército dos EUA, a tarefa foi semelhante à de mover toda a população do Estado do Alasca e respetivos haveres, desde Atlanta nos EUA, até à Arábia Saudita, numa distância de 8.000 milhas (Conrad, 1994:4). A Guerra do Golfo, de facto, representou o maior movimento de tropas e materiais no mais curto espaço de tempo de que há memória em termos militares e ficou como um marco da aplicação do raciocínio

logístico dentro de um período limitado de tempo, o que fez da operação “Tempestade no Deserto” um dos mais importantes eventos militares mundiais da história da Humanidade. A partir do início da década de 1990, a Logística passou a ter proporções nunca antes alcançadas.

Os EUA passaram, entretanto, a ter uma lógica de terciarização da Logística militar. Em 1987 o governo americano iniciou um programa que consistia em empregar companhias privadas na sustentação de forças, para possibilitar redução de custos. Esta política, ao nível do departamento de defesa, teve impactos ao nível estratégico, conforme se verificou na Segunda Guerra do Golfo (2003), em que se lançaram debates acerca da presença de entidades privadas na condução das operações.

2.2. A Proteção Civil em Portugal

2.2.1. Evolução histórica

O atual sistema de Proteção Civil tem origem em 1975 com a publicação do Decreto-Lei 78/75, de 22 de fevereiro, que criou o Serviço Nacional de Proteção Civil. A organização e as competências deste organismo ficaram estabelecidas, cinco anos mais tarde, com a publicação do Decreto-Lei nº 510/80, de 25 de outubro.

Em 1991 é publicada a Lei nº 113/91, de 29 de agosto – Lei de Bases da Proteção Civil, que procurou compilar e sistematizar a legislação dispersa até essa altura. Numa primeira fase, definiu os princípios gerais, o enquadramento, a coordenação, a direção e execução da política de Proteção Civil. Esta Lei definiu, também, a estrutura e os serviços e Agentes de Proteção Civil (APC) fixando que o Sistema Nacional de Proteção Civil integrava o Serviço Nacional, os Serviços Regionais e os Serviços Municipais.

Serviço Nacional de Bombeiros (SNB)

O Serviço Nacional de Bombeiros foi criado pela Lei 10/79, de 20 de março, e tinha a sua ação no território continental e era tutelado pelo Ministério da Administração Interna. Tinha como finalidade orientar, coordenar, fiscalizar e apoiar a atividade dos Corpos de Bombeiros. Para uma melhor articulação entre os Corpos de Bombeiros, o SNB e o Serviço Nacional de Proteção Civil foram criados os Centros de Coordenação de Socorros, a nível nacional e distrital.

Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil (SNBPC)

O Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de março, criou o Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil. Na sua origem está a falta de articulação entre o SNPC e o SNB em algumas situações. “Pretendeu-se, com a fusão do SNPC e do SNB, introduzir mecanismos que permitissem assegurar atuações atempadas e eficazes na prevenção de acidentes, prestação de socorros, definir linhas de comando, fixar competências e atribuições, otimizar recursos e qualificar agentes, sempre com o objetivo de assegurar à população o socorro atempado em situações de acidente, catástrofe ou calamidade.” (ANEPC 2019).

Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)

O Decreto-Lei nº 203/06, de 27 de outubro, veio introduzir alterações à estrutura do SNBPC passando a designar-se por Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC). “Com a entrada em vigor da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprovou a Lei de Bases da Proteção Civil, foi redefinido o sistema de Proteção Civil, assumindo a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) um papel fundamental no âmbito do planeamento, coordenação e execução da política de Proteção Civil.” (ANEPC 2019).

Tornou-se necessário definir a organização operacional da ANPC e a articulação entre os vários APC. O Decreto-Lei 134/2006 implementou o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS). A estrutura operacional é assente num modelo distrital com 18 comandos distritais e apoiada por uma organização

supra distrital – 5 agrupamentos de distritos, adaptando-se, desta forma, à realidade territorial –.



Figura 1 – Síntese da reforma dos principais instrumentos legislativos do sistema nacional de Proteção Civil (Fonte: Moraes, 2012)

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC)

“Constituída pelo Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril, a ANEPC é a autoridade nacional em matéria de emergência e Proteção Civil, mantendo-se como um serviço central da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio” (ANEPC, 2019).

No âmbito da reforma da prevenção e combate aos incêndios rurais, a ANEPC tem a responsabilidade de garantir “o princípio da aproximação entre prevenção e combate, o princípio da profissionalização e capacitação do sistema e o princípio da especialização” (ANEPC, 2019).

“Da presente iniciativa destaca-se, ainda, o reforço da estrutura operacional da autoridade nacional, com a maior capacitação do Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil e de uma profunda alteração do modelo de relação entre os diferentes níveis da administração, central, regional e sub-regional, com a instituição dos comandos regionais e sub-regionais de emergência e Proteção Civil. No quadro da atividade de Proteção Civil importa ainda atender ao

planeamento civil de emergência, destacando-se a atribuição de novas competências à ANEPC para fazer face a emergências” (ANEPC, 2019).

2.2.2. Momento atual

2.2.2.1. Organização do Sistema de Proteção Civil em Portugal

A Proteção Civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, regiões autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos coletivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

A atividade de Proteção Civil tem carácter permanente, multidisciplinar e plurisectorial, cabendo a todos os órgãos e departamentos da Administração Pública promover as condições indispensáveis à sua execução, de forma descentralizada, sem prejuízo do apoio mútuo entre organismos e entidades do mesmo nível ou proveniente de níveis superiores.

Conforme está definido no artigo 2.º da Lei 27/2006, de 3 de julho, a Proteção Civil é desenvolvida em todo o território nacional. Nas regiões autónomas as políticas e ações de Proteção Civil são da responsabilidade dos Governos Regionais.

Na Figura 2 estão representados os diferentes níveis da estrutura política e da estrutura operacional que tendem aproximar-se das características específicas de cada parcela do território continental.

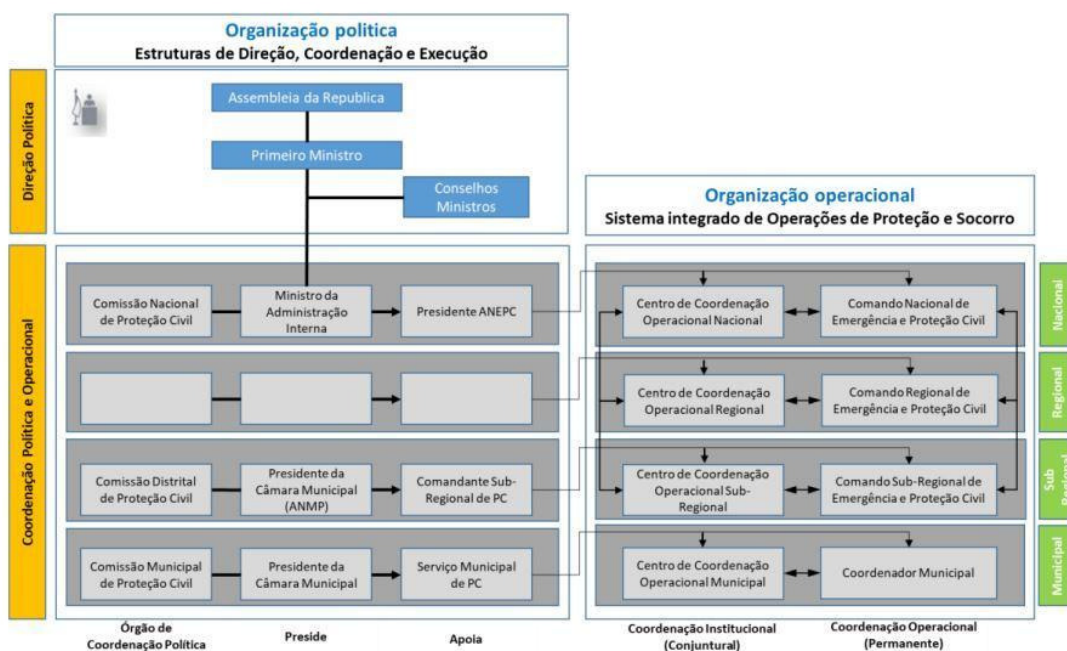


Figura 2 – Organograma dos órgãos de direção, coordenação e execução da Política de Proteção Civil e da estrutura do SIOPS (Fonte: ANEPC, 2023)

2.2.2.2. O Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro

Ao “conjunto de estruturas, de normas e procedimentos que asseguram que os agentes de proteção civil e as entidades com especial dever de cooperação atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional” a ANEPC determina que se chame Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS) (<https://prociv.gov.pt/pt/sistema-de-protecao-civil/sistema-integrado-de-operacoes-de-protecao-e-socorro/>).

O objetivo desta ferramenta integrada é o de “assegurar que as operações de proteção e socorro decorrem de acordo com os princípios especiais aplicáveis às atividades de proteção civil, nomeadamente o princípio da unidade de comando que abrange as vertentes da coordenação institucional e do comando operacional” (idem).

Coordenação institucional

Do ponto de vista da coordenação institucional, ela “é assegurada, nos níveis nacional, regional, sub-regional e municipal, por centros de coordenação operacional (CCO) que asseguram a articulação operacional das entidades integrantes do SIOPS nas operações de socorro” (idem).

Centro de coordenação operacional nacional (CCON)

Já o Centro de Coordenação Operacional Nacional, é coordenado pelo presidente da ANEPC, “podendo ser substituído pelo comandante nacional de emergência e proteção civil”, e “assegura que todas as entidades de âmbito nacional imprescindíveis às operações de proteção e socorro se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto” (idem).

Centros de coordenação operacional regional (CCOR)

Com os CCOR a missão é a mesma, a de assegurar “que todas as entidades imprescindíveis às operações de proteção e socorro se articulam entre si, garantindo os meios considerados adequados à gestão da ocorrência em cada caso concreto”, mas no “âmbito da circunscrição territorial dos comandos regionais de emergência e proteção civil” (idem). Esta circunscrição territorial corresponde às cinco NUT II (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve). Estes CCOR são coordenados pelos comandantes regionais de emergência e proteção civil.

Centros de coordenação operacional sub-regional (CCOS)

Repete-se, no caso dos CCOS, a mesma missão de assegurar a articulação, e garantir meios adequados, mas na circunscrição territorial dos comandos sub-regionais de emergência e proteção civil. Estas circunscrições têm a delimitação

territorial das vinte e três Comunidades Intermunicipais de Portugal Continental. Os CCOS são coordenados pelos comandantes sub-regionais de emergência e proteção civil.

Centros de coordenação operacional municipal (CCOM)

O princípio anteriormente enunciado nas missões dos centros de coordenação operacional mantém-se na circunscrição territorial municipal. Sendo os CCOM coordenados pelos coordenadores municipais de proteção civil.

Comando operacional

“O comando operacional desenvolve-se de acordo com a evolução prevista no sistema de gestão de operações” (idem).

Comando Nacional de Emergência e Proteção Civil (CNEPC)

O CNEPC é “dirigido pelo comandante nacional de emergência e proteção civil”, que “dispõe de um Estado-Maior, com funções de assessoria e apoio ao comandante nacional de emergência e proteção civil, composto pelo 2.º comandante nacional de emergência e proteção civil, que o dirige, e pelos adjuntos de operações nacionais” (idem).

São competência do CNEPC: “a) Garantir a articulação com todas as entidades integrantes do SIOPS; b) Coordenar operacionalmente os comandos regionais de emergência e proteção civil; c) Assegurar o comando e controlo das situações que pela sua natureza, gravidade, extensão e meios envolvidos ou a envolver requeiram a sua intervenção; d) Promover a análise das ocorrências e determinar as ações e os meios adequados à sua gestão; e) Assegurar a coordenação e a direção estratégica das operações de socorro; f) Acompanhar em permanência a situação operacional das entidades integrantes do SIOPS; g) Apoiar técnica e operacionalmente o Governo; h) Preparar diretivas e normas operacionais e difundi-las pelos escalões inferiores para planeamento ou execução; i) Propor os

dispositivos nacionais, os planos de afetação de meios, as políticas de gestão de recursos humanos e as ordens de operações” (idem).

Comandos regionais de emergência e proteção civil (CREPC)

Já os CREPC seguem a mesma lógica do CNEPC, mas são dirigidos pelo respetivo comandante regional de emergência e proteção civil, “coadjuvado pelo 2.º comandante regional de emergência e proteção civil, a quem compete assegurar a articulação permanente com os comandantes sub-regionais e com os 2.ºs comandantes sub-regionais no seu âmbito territorial” (idem).

Compete ao CREPC, no âmbito da sua circunscrição territorial: “a) Garantir a articulação com todas as entidades integrantes do SIOPS; b) Coordenar operacionalmente os comandos sub-regionais de emergência e proteção civil; c) Assegurar o comando e controlo das situações que, pela sua natureza, gravidade, extensão e meios envolvidos ou a envolver, requeiram a sua intervenção; d) Assegurar a coordenação e a direção estratégica das operações de socorro entre sub-regiões; e) Acompanhar em permanência a situação operacional das entidades integrantes do SIOPS; f) Assegurar a execução das diretivas e normas operacionais e difundir-las aos escalões inferiores para planeamento ou execução; g) Propor os dispositivos regionais, os planos de afetação de meios e as ordens de operações, em articulação com os agentes de proteção civil; h) Estabelecer um dispositivo regional com vista à eficiência na resposta operacional e ao reforço imediato e articulado dos teatros de operações, em articulação com os agentes de proteção civil; i) Garantir a elaboração de planos prévios de intervenção entre sub-regiões” (idem).

Comandos sub-regionais de emergência e proteção civil (CSREPC)

Dirigidos pelo respetivo comandante sub-regional de emergência e proteção civil, coadjuvado pelo 2.º comandante regional de emergência e proteção civil, aos CSREPC “competem assegurar a articulação permanente com os comandantes sub-regionais e com os 2.ºs comandantes sub-regionais no seu âmbito territorial” (idem).

Constituem competência dos CSREPC, no âmbito da sua circunscrição territorial:

- “a) Garantir a articulação com todas as entidades integrantes do SIOPS; b) Assegurar o comando das operações de socorro nas situações que, pela sua natureza, gravidade, extensão e meios envolvidos ou a envolver, requeiram a sua intervenção; c) Mobilizar, atribuir e empregar os meios humanos e materiais indispensáveis e disponíveis à execução das operações; d) Assegurar a gestão operacional dos meios aéreos a nível sub-regional; e) Assegurar a coordenação, no respeito pela sua direção e comando próprios, de todas as entidades empenhadas em operações de socorro; f) Apoiar técnica e operacionalmente as comissões de proteção civil do seu âmbito territorial; g) Propor os dispositivos sub-regionais, os planos de afetação de meios técnicos ou humanos e as ordens de operações, em articulação com os agentes de proteção civil” (idem).

2.2.2.3. O Sistema de Gestão de Operações

Ao “conjunto de estruturas, de normas e procedimentos que asseguram que todos os agentes de proteção civil atuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único, sem prejuízo da respetiva dependência hierárquica e funcional” chama-se Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS). Assim o determina a Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprovou a Lei de Bases da Proteção Civil. No mesmo ano, através do Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro, e republicado pelo Decreto-Lei n.º 72/2013, de 31 de maio, é estabelecido “um sistema de gestão de operações, definindo a organização dos teatros de operações e dos postos de comando, clarificando competências e consolidando a doutrina operacional”.

O Despacho n.º 3551/2015, de 13 de janeiro, do Presidente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 69, de 9 de abril de 2015, estabelece o Sistema de Gestão de Operações (SGO), o seu desenvolvimento, a simbologia e as ferramentas do sistema.

Em cumprimento da Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017, de 21 de outubro, que determinou a revisão do SGO, “garantindo a adequação do mesmo à complexidade das diversas situações de emergência, através de uma definição clara de funções, responsabilidades e níveis de decisão, foi desenvolvida a revisão do sistema pretendendo garantir a doutrina já consolidada, a formação e experiência adquirida nos últimos anos e, simultaneamente, incorporar as lições aprendidas desde a aplicação do SGO muito particularmente as que advieram das novas necessidades manifestadas em 2017, de estruturar modelos organizativos, capazes de garantir o Comando e Controlo das operações.”

Em 2017, através da Resolução do Conselho de Ministro n.º 157-A/2017, de 21 de outubro, prevê-se a revisão do Sistema de Gestão Operacional (SGO). E o Despacho n.º 3317-A/2018, de 3 de abril, cumpre essa revisão do SGO, “garantindo a adequação do mesmo à complexidade das diversas situações de emergência, sendo aplicável a todos os Agentes de Proteção Civil (APC), Entidades com especial dever de cooperação e qualquer outra entidade desde que empenhadas em operações de proteção e socorro”.

“O SGO é uma forma de organização operacional que se desenvolve numa configuração modular e evolutiva, de acordo com a importância e o tipo de ocorrência, aplicando-se sempre que uma equipa de qualquer APC ou Entidade com especial dever de cooperação seja acionada para uma ocorrência, em que o chefe da primeira equipa a chegar ao local assume de imediato o comando da operação – função de Comandante das Operações de Socorro (COS) – e garante a construção de um sistema evolutivo de comando e controlo adequado à situação em curso” (<https://prociv.gov.pt/pt/documentacao/sgo-ferramentas-de-coordenacao-comando-e-controlo/>).

Determina, então, o SGO que “A decisão do desenvolvimento da organização é da responsabilidade do COS, que a deve tomar sempre que os meios disponíveis na intervenção inicial, e respetivos reforços, se mostrem insuficientes, ou quando a previsão do potencial dano o exigir ou aconselhar. O comando das operações deve ter em conta a adequação técnica dos agentes presentes no teatro de operações e a sua competência legal” (idem).

“O SGO apoia-se num conjunto de ferramentas de coordenação, comando e controlo, desenvolvidas pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), composto por guias de comando, quadros, painéis e documentos que, sem prejuízo da utilização das tecnologias de informação e comunicação, garantem o registo sistematizado e partilha da informação, garantindo o controlo das operações de proteção e socorro, independentemente da sua tipologia” (idem).

2.3. Responsabilidades de apoio logístico nos TO

Posto isto – especialmente depois de perceber como se organiza a Proteção Civil em Portugal – interessa responder à pergunta central que se impõe neste trabalho de forma clara e direta: A quem cabe a responsabilidade de garantir o Apoio Logístico nos TO de uma operação de proteção e socorro?

A resposta – a mais atual – encontramos-na na Diretiva Operacional Nacional (DON) n.º 2, da ANEPC, no âmbito do DECIR 2023.

Estabelece, então, a DON n.º 2 que, na área onde decorre um incêndio rural, a Entidade Detentora do Corpo de Bombeiros (EDCB ou AHBV) da área de intervenção própria “poderá providenciar o apoio logístico indispensável à sustentação das operações de combate aos meios terrestres das diversas entidades integrantes do DECIR, presentes no município ou nos municípios adjacentes, de acordo com a Diretiva Financeira da ANEPC”. Note-se que, nesta fase, o verbo usado pelo ‘legislador’ é “poder”: “Poderá providenciar”... Não há nesta diretiva mais do que uma sugestão, e não há uma normativa direta e clara. A AHBV pode? Pode se quiser? Pode se conseguir?

A DON n.º 2 assume uma posição muito mais clara para a situação “logo que o incêndio evolua, implicando um reforço adicional de meios para além dos presentes no município e nos municípios adjacentes”. Com esta enunciação fica ainda mais clara a pouca clareza na situação anterior.

Mas nesta situação em que o incêndio evoluiu, considera a DON n.º 2 que “O COS, através da EDCB local, desencadeará o processo de envolvimento da

Câmara Municipal através do SMPC, para apoio logístico mais diferenciado às forças de socorro e entidades técnicas envolvidas, de forma a garantir a sustentação das operações de combate”.

E a clareza é, já, notória e potestativa: “O apoio logístico indispensável à sustentação das operações de combate é garantido pela EDCB da área onde decorre o incêndio com o apoio do SMPC”.

Continua a DON n.º 2 com enunciação de que “a evolução do incêndio para outros estágios levará à ativação da CMPC e através desta, se necessário, a solicitação de apoio logístico ao escalão Sub-regional ou Regional”. E prossegue: “Poderá ser pedido pelo escalão Sub-regional ao respetivo COREPC e por este, ao CONEPC, o reforço do apoio logístico e a consequente mobilização de meios nacionais disponíveis”. Clarificando: “Por solicitação do CONEPC, as Forças Armadas disponibilizam os meios logísticos complementares, de acordo com a sua disponibilidade”.

Mais adiante na DON n.º 2, no seu ponto 15, fica ainda enunciada a existência de Equipas Móveis de Apoio. Neste domínio “a ANEPC constituirá equipas móveis de apoio ao combate por áreas funcionais – comando, logística, comunicações –, para reforço e atuação quando necessário, no âmbito das operações em curso”. São elas o “Módulo Centro Tático de Comando (CETAC) – Composto por veículos de comando e controlo, de apoio técnico e logístico e de comunicações, apoiado por tendas insufláveis. Mobilizado à ordem do CONEPC”. E ainda o “Módulo Logístico – Composto por uma unidade logística localizada na Reserva de Apoio Logístico de Almeirim e uma unidade móvel de frio. Mobilizado à ordem do CONEPC”.

Como que a pairar em toda esta dimensão da Responsabilidade pelo Apoio Logístico no TO, vagueia um aspeto muito relevante, que é o da questão financeira necessária para a operação logística. Claro que a DON n.º 2 estabelece que o “apoio logístico indispensável à sustentação das operações de combate aos meios terrestres das diversas entidades integrantes do DECIR, presentes no município ou nos municípios adjacentes”, que as EDCB ‘podem providenciar’, rege-se “de acordo com a Diretiva Financeira da ANEPC”. Ou seja, cabe à ANEPC o pagamento dessas despesas indispensáveis. Acontece que a Diretiva

Financeira estabelece um processo de reembolso. Ou seja, as EDCB pagam primeiro e, depois, pedem o reembolso à ANEPC que, alguns meses depois, providencia a restituição monetária.

A Revista Visão, em 14 de junho de 2022, na sua edição online, em (<https://visao.pt/atualidade/sociedade/2022-06-14-liga-dos-bombeiros-propoe-escusa-de-responsabilidade-aos-comandantes/>), reproduzia a posição da Liga dos Bombeiros Portugueses sobre este assunto:

«Sobre o apoio logístico que os corpos de bombeiros devem dar durante as operações de combate aos fogos, a LBP diz que há associações humanitárias sem capacidade financeira.

Para a LBP, as associações humanitárias não podem ser chamadas, “sob pena de responsabilidade futura, a prestar colaboração logística ativa, sem que estejam reunidas as condições de enquadramento geral, como seja um protocolo geral entre a LBP e a ANEPC, para definição prévia e consensual dos princípios gerais e financeiros, dos apoios logísticos previstos”.

António Nunes disse que o conselho nacional aprovou esta recomendação de “forma preventiva”, devendo os comandantes dos bombeiros olhar para aqueles pontos da DON e detetar se têm ou não condições para a cumprir.»

Esta fragilidade – sabemo-lo de viva voz por declarações do Presidente da ANEPC, na presença da Sr.^a Secretária de Estado da Proteção Civil, em Condeixa-a-Nova, em 13 de fevereiro de 2023 – está perfeitamente reconhecida e a sua mitigação foi colocada como compromisso a implementar no âmbito do DECIR 2023, o que, infelizmente, não se confirmou.

2.4. A logística militar

2.4.1. A logística militar como sistema

Há uma relação fortíssima entre a Logística e a Guerra, mas, curiosamente, na instituição castrense, também a Logística foi tratada de forma secundária – face à Estratégia e à Tática –. Não é, portanto, de estranhar que o mesmo se passe, ainda, hoje, no âmbito da Proteção Civil. Só no século XIX, em 1836, com Antoine-Henri Jomini, um militar francês participou nas guerras napoleônicas é dada importância à sistematização da logística, sublinhando o papel desta como parte do estudo da guerra e da arte do comando, elevando-a a um patamar ao mesmo nível da estratégia e da tática (Lynn, 2002:IX).

Nos dias de hoje, a Logística militar, entendida como a ciência do planeamento e da execução de movimentos e sustentação de forças, divide-se nos patamares, estratégico, operacional e tático, tais como os níveis da guerra (EME, 2007:2-3). O Sistema Logístico do Exército, por seu turno, “assenta no paradigma de organização de logística por funções, pretendendo-se assim fazer uma gestão integrada das diversas funções logísticas” (EME, 2014: 2.4.)

2.4.1.1. Os níveis da Logística

Como os níveis da Guerra – Estratégico, Operacional e Tático – a Logística Militar segue o mesmo pressuposto.

Ao nível estratégico, a Logística inclui o conjunto das atividades diretamente relacionadas com o esforço realizado pelas autoridades políticas e militares, incluindo organizações militares e civis, assim como as indústrias, para garantir a sustentação das forças militares. Compreende, conceptualmente, atividades como a prospeção de novos equipamentos, sistemas e metodologias, aquisições de equipamentos, projeção da força, mobilidade estratégica e concentração estratégica de recursos no TO. Neste patamar, o principal critério é a eficiência

por estar mais ligado à melhor gestão de recursos, à economia de escala e à noção de redução de custos (EME, 2007:2-1).

Já em relação ao operacional a Logística trabalha no estabelecimento e manutenção das linhas de comunicação e na sustentação da força militar no TO, estabelecendo a ligação entre os níveis estratégico e tático, incluindo as atividades de *Reception, Staging, Onward Movement and Integration* (RSOM - I) – REMI – Receção da Força, Estacionamento, Movimentos e Integração, na abreviatura nacional. Neste nível existe a preocupação com o estabelecimento da ligação entre a logística do nível estratégico e a logística do nível tático. O foco das atividades é a criação e estabelecimento de linhas de comunicação e a sustentação logística da força no TO.

A logística ao nível tático é o conjunto de procedimentos doutrinários no âmbito das organizações e das funções logísticas estabelecidas, dependendo do escalão da força. Inclui um conjunto de atividades relacionadas com as unidades táticas no cumprimento das suas missões, mais especificamente relacionadas com as diferentes funções logísticas. O sucesso da logística neste nível mede-se pela colocação de recursos, na quantidade necessária, em tempo e no local designado, e em condições de cumprirem a missão (EME, 2007:2-2). Ao nível tático o principal critério é a eficácia, pois os efeitos das ações são mais importantes do que os custos financeiros (Kress, 2002:21).

2.4.1.2. As funções logísticas

Como já se referiu, o Sistema Logístico do Exército, “assenta no paradigma de organização de logística por funções” (EME, 2014: 2.4.). Interessa, pois, identificar as respetivas funções logísticas.

As funções logísticas diferenciam-se a partir da identificação de distintas necessidades e, por causa disso, no agrupamento de abastecimentos para permitir maior especialização, facilitando o planeamento, controlo e execução. Não se pense, no entanto, que, apesar disso, as funções são isoladas e consideradas de forma independente. Longe disso, existe uma interligação entre

as diversas funções logísticas de tal forma que estas se complementam e interligam entre si (Teodora & Afonso, 2007).

Doutrinariamente, para o Exército Português (EME, 2013), são consideradas as seguintes funções logísticas: o Reabastecimento, os Movimentos e Transporte, a Manutenção, o Apoio Sanitário, as Infraestruturas, a Aquisição, Contratação e Alienação e, ainda, os Serviços.

O Reabastecimento, enquanto função logística, é o conjunto de ações levadas a cabo para obter e armazenar os abastecimentos necessários à sustentação das operações e posteriormente distribuí-los e fazer a afetação às forças em operações que deles precisam, com base na determinação das necessidades, no momento oportuno. É ao reabastecimento que cabe a gestão de todos os materiais e recursos que são utilizados pelas forças para garantir a sua sustentação – desde combustíveis a alimentação, por exemplo.

Já na função dos Movimentos e Transporte consta a gestão de infraestruturas, instalações, organizações e equipamentos necessários à movimentação de forças (incluindo material e pessoal) desde a projeção à retração e incluindo a sustentação das forças no decorrer da missão. Na prática, inclui-se o processo de planeamento, direção e controlo dos meios de transporte, e suas necessidades, com o intuito de fazer deslocar pessoal, material e abastecimentos para uma determinada localização, no tempo certo e quantidades certas com as condições desejadas e da forma mais económica, contribuindo para a satisfação das necessidades operacionais da missão.

Para a Manutenção o foco está no objetivo de conservar os equipamentos em condições de funcionamento para o cumprimento das missões operacionais e, caso a condição de operacionalidade esteja em causa, proceder à reposição das condições normais que permitam ao equipamento continuar a cumprir as missões para as quais foi desenvolvido.

Por Apoio Sanitário consideram-se as tarefas relacionadas com a salubridade que têm por finalidade preparar, preservar e recuperar (feridos ou doentes) os efetivos. Esta função logística deverá proporcionar as condições para proteger a força com recurso à prevenção de doenças e encaminhamento dos doentes e feridos, através do canal correto, para a sua recuperação proporcionando

evacuações rápidas e eficazes quando necessárias. Estão incluídos aqui aspetos como as operações sanitárias e de acompanhamento das tropas, bem como a desinfeção e controlo de pragas e epidemias e a fármaco-vigilância.

Em relação à função logística das Infraestruturas, ela encerra todas as atividades que se destinam a proporcionar as instalações necessárias ao desenvolvimento das operações. Estão incluídos todos os aspetos relacionados com a construção, preservação e operação das instalações destinadas a projetar, acomodar, instalar, sustentar e retrain as forças de uma determinada missão.

A função denominada Aquisição, Contratação e Alienação consta das atividades destinadas a adquirir, contratar ou alienar materiais ou serviços necessários ao desenvolvimento das operações.

E, por fim, por Serviços entende-se as atividades que não se integram nas restantes funções logísticas. Ou seja, as atividades que se destinam ao apoio às outras funções logísticas e à vida e bem-estar dos efetivos, como é o caso de proporcionar o serviço de banhos ou lavandaria, por exemplo.

2.4.1.3. Os princípios logísticos

Numa doutrina castrense não poderia deixar de estar presente um conjunto prévio de princípios reguladores de toda a atividade Logística nas Forças Armadas. São nove os princípios logísticos estabelecidos pelo Exército Português (EME, 2013).

O primeiro é o da Integração, que preconiza a sincronização das ações logísticas com as outras atividades do Exército e das Forças Armadas, no âmbito de ações conjuntas e combinadas.

O princípio da Unidade de Comando, um segundo princípio estabelecido, estabelece que havendo manobra tática e manobra logística, o esforço de coordenação deve obrigar a uma unidade na liderança de ambas, para que fluam em harmonia. Dito de outra forma, este princípio estabelece que a manobra logística tem de estar dependente de uma mesma entidade unificadora, uma vez que só assim se garante a sincronização constante de ambas as manobras (tática e logística).

No mesmo seguimento, mas com *nuances* importantes, surge um terceiro princípio, que estabelece a Interdependência com a manobra. Ou seja, os processos logísticos – mais demorados e pesados – não podem comprometer o sucesso das forças em combate. Tem de haver uma sincronização permanente entre a manobra operacional, tática ou estratégica e a ação da logística. Deve ser a Logística a adaptar-se à manobra operacional e não o contrário.

Um quarto princípio – o da Provisão e suficiência – estabelece que as Forças Armadas têm de prover, individualmente ou através de acordos, todos os recursos necessários para sustentar as forças em situação de paz, crise ou conflito. Uma obrigação prévia e muitíssimo importante que garante não só a integridade física das forças, mas, também, a sua integridade moral.

Na vida, como na Logística, a gestão de recursos escassos para satisfação de necessidades crescentes obriga ao respeito escrupuloso da Economia, como princípio logístico. O que obriga à implementação de medidas que assegurem a eficácia e eficiência da utilização dos recursos, com sobriedade e parcimónia, sem nunca pôr em causa a satisfação das necessidades em presença.

Reconhecendo-se que há alterações de circunstâncias que influenciam as operações, preconiza-se o princípio prévio da Flexibilidade do suporte logístico. A logística deve ser vista com perenidade e segurança, mas tem de ter agilidade suficiente para, em tempo, se adequar, com pró-atividade, resiliência e com iniciativa de forma a responder com prontidão a alterações do cenário.

Outro princípio logístico importante é o da Simplicidade. Ações acessíveis, compreensíveis por todos e fáceis de executar no terreno permitem que o plano logístico contribua para o êxito das operações. A Simplicidade compreende, ainda, uma preocupação constante em contrariar a complexidade dos problemas de ordem logística, naturais, quer na fase do planeamento, quer na fase da sua implementação em apoio às operações.

O exercício do comando exige que se observe o princípio da Visibilidade e transparência. Ou seja, qualquer comandante tem a necessidade de possuir uma imagem global objetiva e no tempo certo acerca dos meios logísticos de forma a conseguir implementar prioridades, redireccionar os recursos ou decidir o seu emprego.

Por fim, a Logística militar estabelece um último princípio, o da Sinergia. O objetivo comum deve mobilizar o contributo de outras forças para a construção de um apoio logístico mais eficiente e eficaz.

2.5. A logística humanitária

Quando procuramos estabelecer uma analogia com o que nos parece dever ser uma futura doutrina para a Proteção Civil em Portugal, para além da ancestralidade, consistência e perenidade da Logística Militar, não poderíamos deixar de abordar uma outra área que tem ganho nas últimas décadas um destaque, um protagonismo e uma sistematização. Falamos, então da Logística Humanitária.

A consciencialização coletiva do impacto – económico, social e de coesão – que as catástrofes naturais ou de natureza humana têm exercido – especialmente nos últimos anos – no equilíbrio das sociedades tem dado importância a uma nova realidade que é a Logística Humanitária. Por Logística Humanitária entendamos, então, a dimensão logística – estratégica, operacional e tática – das operações de Ajuda Humanitária.

Por Ajuda Humanitária entende-se as operações que têm como objetivo prestar assistência às populações, a fim de salvar e preservar vidas, evitar e atenuar o sofrimento humano e salvaguardar a integridade e a dignidade das populações afetadas por catástrofes naturais ou causadas pelo Homem.

A Ajuda Humanitária baseia-se nos princípios fundamentais de neutralidade, de imparcialidade, de independência e de humanidade e compreende três elementos: a ajuda de emergência, a ajuda alimentar e a ajuda aos refugiados e às pessoas deslocadas.

Apesar das mais avançadas tecnologias empregues para prever catástrofes, a verdade é que na sua maioria, são fenómenos imprevisíveis, e que, por isso, se torna difícil efetuar um aviso em tempo oportuno, especialmente os que forem de desenvolvimento rápido.

Também os conflitos militares impactam junto da população civil – nomeadamente em situações de grandes massas humanas de deslocados – que relevam a necessidade da integração de capacidades civis e militares em prol do apoio das populações.

A NATO, desde a sua criação em 1952, participou em diversas operações de ajuda humanitária. No entanto, a primeira operação deste tipo surgiu em 1999, no contexto da crise no Kosovo, com o fluxo de refugiados para a Albânia (Wentz, 2002:21).

As primeiras resoluções da assembleia geral das Nações Unidas, relativas a assistência a vítimas de acidentes naturais, foram as resoluções 2034 de Dezembro de 1965 e 2435 de Dezembro de 1968. As resoluções não estavam limitadas à assistência internacional que englobava o apoio de emergência, mas abrangiam outras atividades como a reabilitação, reconstrução e prevenção de desastres nos países.

Com o consequente envolvimento das Nações Unidas nestas operações foi estabelecido, em Dezembro de 1971, o *United Nations Disaster Relief Office* (UNDRO) para garantir a assistência a governos vítimas destas situações (JIU, 2012:4). O UNDRO, até 1991, constituiu a principal estrutura coordenadora das NU para estes cenários. Perante a necessidade de maior coordenação na prestação de auxílio e na obtenção de fundos, a UNDRO, em 1992, foi integrada no *Department of Humanitarian Affairs* (DHA) sendo mais tarde criada, em 1998, a *United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs* (UNOCHOA).

Nas Nações Unidas existem quatro agências com responsabilidades primárias no âmbito da proteção e assistência em crises humanitárias, a *United Nations Children's Fund* (UNICEF), a *United Nations High Commissioner for Refugees* (UNHCR), a *World Food Programme* (WFP) e a *United Nations Development Programme* (UNDP). Em 2005, no contexto da reforma da ONU, foi entendido que a forma como estavam a ser conduzidas as operações relativamente à gestão de crises estava desajustada, por ser lenta e inadequada.

Foi assim criado o conceito de *cluster* em que a finalidade era de garantir maior coordenação entre agências das Nações Unidas e outras organizações, como a Cruz Vermelha/Crescente Vermelho e organizações não-governamentais

(UNHCR, 2007:104). Cada agência ficaria responsável por um determinado campo de ação.

A Logística sendo entendida como um grupo de serviços especializados, tal como os sistemas de comunicação de emergência, ficou sob a responsabilidade da WFP (WFP, 2014:1). Na ONU cabe à UNOCHOA a responsabilidade de coordenar o apoio humanitário, em parceria com os atores nacionais e internacionais, com a finalidade de aliviar o sofrimento humano em catástrofes.

O apoio a catástrofes de uma forma geral engloba cinco fases principais designadamente: Preparação, Planeamento, Prevenção, Restauração e Reabilitação. Estas fases podem ser sequenciais ou não, dependendo da situação específica. Na condução destas atividades é importante existir compatibilidade e complementaridade entre os vários atores participantes da operação. A compatibilidade é entendida como o grau de duas ou mais organizações ou indivíduos partilharem uma visão comum relativamente à missão, aos princípios e valores, enquanto a complementaridade é o grau que as capacidades de duas ou mais organizações ou indivíduos serem complementares entre si ao nível das capacidades (Kovacs, Spens, 2007:15).

A logística humanitária é entendida como o processo de planear, implementar e controlar o fluxo de materiais e da informação, desde o ponto de origem até ao local de consumo, com a finalidade de suprimir as necessidades.

Em situações de crise, as principais necessidades iniciais são alimentos e artigos de primeiros socorros. De acordo com o *World Programme Food* (WFP) pode demorar cerca de quatro meses para estes artigos seguirem através da cadeia logística até aos locais afetados. Para suprimir este tempo, existem diversas opções que podem ser tomadas, desde o apoio de outras nações próximas da região afetada, como de uma adequada escolha de modalidades de transporte, por exemplo adotando o transporte aéreo em detrimento do terrestre (idem, 2007:32).

A observação da atuação de uma Organização Não Governamental, no contexto das operações de assistência humanitária, como é o caso da Assistência Médica Internacional (AMI), permite retirar algumas ilações sobre a implementação da logística e a coordenação com as diversas agências da ONU. A AMI considera

que existem quatro fases essenciais nas missões de assistência: a Informação e Decisão – que deve ocorrer nas primeiras 24 horas –, a Instalação e Preparação no terreno, em 72 horas, o trabalho de campo que pode variar ao longo do tempo mas que se considera adequado um período de cerca de seis meses, e a última fase, a Reabilitação, que pode demorar cerca de um ano. De acordo com os dados obtidos, a entrada num determinado TO, é efetuado geralmente por via aérea, com a contratação de equipamento no mercado civil. Quando a situação no local inviabilizar esta modalidade, é feita para uma região próxima, e a partir daí o deslocamento é efetuado por via terrestre (Nobre, 2013).

Em termos de resposta imediata, existe no armazém central, em Lisboa, um *stock* de cerca de duas toneladas com equipamentos diversos para a assistência no local, estando esta capacidade condicionada pelo meio de transporte, que normalmente é constituído por uma aeronave. No local, privilegia-se a obtenção de recursos locais, pela dificuldade de implementar um fluxo logístico da retaguarda, pelos custos associados e pela falta de meios (Nobre, 2013).

CAPÍTULO 3 – METODOLOGIA

Feita a Revisão Bibliográfica torna-se necessário expor o referencial metodológico que serviu de base ao presente trabalho académico. De acordo com Oliveira, a metodologia é definida como “o conjunto de princípios e de regras subjacentes a uma estrutura de pensamento ou a um processo de questionamento” (2011, p. 5). Descrevemos, então, a metodologia que foi seguida na redação do presente trabalho. Se por um lado a consulta bibliográfica nos permitiu ter maior percepção do ponto de situação e do conhecimento produzido sobre a temática que estudamos, por outro lado, sentimos a necessidade de procurar mais informação de forma a esclarecer aspetos que consideramos pertinentes após a realização dessa pesquisa.

3.1 Método de investigação

A implementação da metodologia, assim considera Oliveira (2018), deve passar pela escolha e aplicação de métodos de investigação, os quais fornecem ao investigador um caminho para vislumbrar informação relevante para aferir dos resultados necessários para invectivar a sua investigação. Entendemos, para conseguir aferir dados para esta investigação, optar pelo método dedutivo que, segundo Sarmento: “se baseia num raciocínio que parte do geral para o particular. Tem duas premissas que por inferência permitem extrair uma terceira, denominada conclusão” (2008, p. 5).

Procurámos compreender, junto de quem lida com a Proteção Civil no seu quotidiano, qual a sua opinião e a sua sensibilidade relativamente às questões que pontificam sobre este trabalho. Recorremos, por isso, à realização de entrevistas, por um lado, e à inquirição de um conjunto vasto de pessoas, com diferentes funções nas operações de proteção e socorro, de modo a beneficiar de uma ampla visão sobre o assunto. Estes dois recursos – entrevistas e inquéritos – permitiram-nos retirar conclusões válidas, responder à questão central e realizar algumas propostas de melhoria nesta área que estudámos.

3.2 Fontes de informação

Segundo nos indica Sarmento (2008), as fontes de informação podem classificar-se em primárias e secundárias, sendo que a primeira é caracterizada por ser procurada e pesquisada para uma finalidade específica. Conforme já se indicou anteriormente sentimos a necessidade de procurar informação através da realização de entrevistas individuais e de inquéritos, que permitiram obter informação primária qualitativa.

3.3 Entrevistas estruturadas

Decidimos realizar algumas entrevistas estruturadas. Defina-se uma entrevista formal ou estruturada como aquela que se caracteriza pelo facto de o entrevistado ser inquirido através de uma série de questões pertencentes a um guião de entrevista (Sarmento, 2008). No âmbito da presente dissertação utilizamos instrumento constante no Anexo A – Guião da entrevista.

A construção do guião da entrevista foi levada a cabo com base nos objetivos da investigação, identificados no Capítulo 1, e em aspetos que, ao longo da construção do Capítulo 2, identificámos como carecidos de validação. As entrevistas procuraram recolher a opinião concreta de especialistas, capazes de transmitir uma análise crítica apta a atingir os objetivos da investigação e responder às questões centrais levantadas previamente. Assim, o guião é composto por um total de três questões que foram identificadas conforme se explicou anteriormente, permitindo recolher informação específica com utilidade para o assunto em estudo.

Após a construção do instrumento de recolha de informação, o mesmo foi remetido, através de correio eletrónico, para quatro pessoas que considerámos como reputados especialistas. Os entrevistados receberam o guião em meados de maio de 2023 e as respostas foram recebidas durante o mês de junho de 2023.

3.3.1. Entrevistados

Para responder às entrevistas escolhemos quatro especialistas tendo por base a sua experiência em funções de proteção civil e/ou conhecimentos ao nível da logística. Infelizmente, dos quatro especialistas que convidámos, apenas dois tiveram a amabilidade de responder ao nosso pedido. Recebemos, então, respostas do Sr. Comandante Sub-Regional de Coimbra da ANEPC, Comandante Mestre Carlos Luís Tavares, e do Sr. Presidente da Direção dos Bombeiros Voluntários da Mealhada, Dr. Nuno Castela Canilho.

Mestre Carlos Luís Marques Machado Tavares exerceu, entre 2013 e 2022, a função de Comandante Operacional Distrital do Comando de Operações e Socorro de Coimbra. Desde janeiro de 2023 exerce a função de Comandante sub-regional de emergência e proteção civil do Comando Sub-Regional da Região de Coimbra da ANEPC. É Licenciado em Segurança Comunitária e Mestre em Gestão de Emergência e Socorro. Foi Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Soure. Pelas funções que desempenhou no seio dos Bombeiros e pela função que desempenha na ANEPC, consideramos que tem um ponto de vista diferenciado sobre a temática.

O Dr. Nuno Castela Canilho exerce, desde 2013, funções como Presidente da Direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Mealhada, tendo tido grande ação na gestão logística de dois grandes incêndios rurais em 2016 e 2017. Entre 2018 e 2021 foi Presidente da Direção da Federação dos Bombeiros do Distrito de Aveiro. E de outubro de 2017 a outubro de 2021 foi Vereador da Câmara Municipal da Mealhada com algumas tarefas delegadas pelo Presidente da Câmara Municipal em domínios da proteção civil. É Licenciado em Direito e pelas funções que desempenha e já desempenhou consideramos que tem pontos de vista importantes para esta temática.

3.3.2. Análise de conteúdo

As duas entrevistas que realizámos – um comandante sub-regional e um dirigente de AHBV com visão municipal – forneceram um conjunto de informação que teve de ser alvo de análise antes de ser exposta no Capítulo 4 – Resultados. Assim, segundo Sarmiento deve ser realizada uma análise de conteúdo que “identifica, nas respostas a cada uma das perguntas, as partes semelhantes e aquelas a que os entrevistados dão mais valor. Por último, e após todas as perguntas terem sido interpretadas, deve extrair-se a conclusão final” (2008, p. 19). Também o mesmo autor refere que as respostas deverão ser colocadas em anexo.

Indo ao encontro dessa boa prática metodológica, colocámos o conteúdo das respostas que nos foram endereçadas nos Anexos B e C.

3.4 Inquéritos

Entendemos também, como complemento, mas também como instrumento relevante de aferição de opiniões e pontos de vista, para além das entrevistas, realizar um conjunto de inquéritos que distribuámos – através de uma aplicação informática gratuita – junto de várias pessoas com responsabilidades diversas nas operações de proteção e socorro. As perguntas que foram apresentadas aos inquiridos são as constantes do Anexo D – Guião do Inquérito.

A construção do guião do inquérito foi realizada com base nos objetivos da investigação, identificados no Capítulo 1, e em aspetos que, ao longo da construção do Capítulo 2, identificámos como carecidos de recolha de informação específica para atingir os objetivos da investigação e responder às questões centrais levantadas inicialmente. Assim, o guião é composto por um total de 14 questões – oito delas abertas e seis de escolha múltipla – que foram identificadas conforme se explicou anteriormente, permitindo recolher informação específica com utilidade para o assunto em estudo.

Após a construção do instrumento de recolha de informação, o mesmo foi remetido através de correio eletrónico para os inquiridos em meados de maio de 2023 e as respostas foram recebidas durante o mês de junho de 2023.

3.4.1. Inquiridos

A escolha dos indivíduos para responder às entrevistas teve por base a sua experiência em funções de proteção civil e/ou conhecimentos ao nível da logística. Deste modo foram enviados inquéritos a 67 pessoas, tendo sido obtidas respostas por parte de 44 indivíduos que, pela sua experiência e conhecimento na área, poderiam contribuir positivamente para a informação que procurávamos.

Colhemos 33 respostas de Elementos de Comando (comandantes e comandantes em regime de substituição) de Corpos de Bombeiros (75% do total dos inquiridos). Estes elementos de comando, cada um de um corpo de bombeiros diferente, de norte ao sul do país e do litoral ao interior.

Segundos dados do Pordata (<https://www.pordata.pt/portugal/corpos+de+bombeiros-1107>), existiam em 2021 – últimos dados publicados – 465 corpos de bombeiros em Portugal. Assim, para um universo de 465 corpos de bombeiros, o que equivale a outros tantos comandantes ou comandantes em regime de substituição, inquirimos 33, ou seja aferimos uma amostra de 7,1% do total do universo.

Recolhemos ainda 5 respostas de Coordenadores Municipais de Proteção Civil (11,4% do total dos inquiridos). Para definição do universo, compreendamos que em Portugal existem 308 municípios, 268 dos quais no território continental. Havendo em cada dos municípios um SMPC e um coordenador. Tendo nós inquirido 5 coordenadores municipais de Proteção Civil no território continental, aferimos que obtivemos uma amostra de 1,9% do universo.

Obtivemos, ainda, 4 respostas de Dirigentes de Associações Humanitárias detentoras de Corpos de Bombeiros (9,1% do total de inquiridos). Segundo o documento de trabalho “O Papel dos Bombeiros Voluntários em Portugal”, da Liga dos Bombeiros Portugueses, elaborado em outubro de 2020, existiam em

Portugal 435 associações humanitárias detentoras de corpos de bombeiros. Assim, tendo nós inquirido 4 dirigentes, obtivemos uma amostra de 0,9% do universo em causa.

Conseguimos, ainda, 2 respostas de Presidentes de Câmaras Municipais (4,5% do total de inquiridos). Ou seja, uma amostra de 0,7% dos presidentes de câmaras municipais do território continental português.

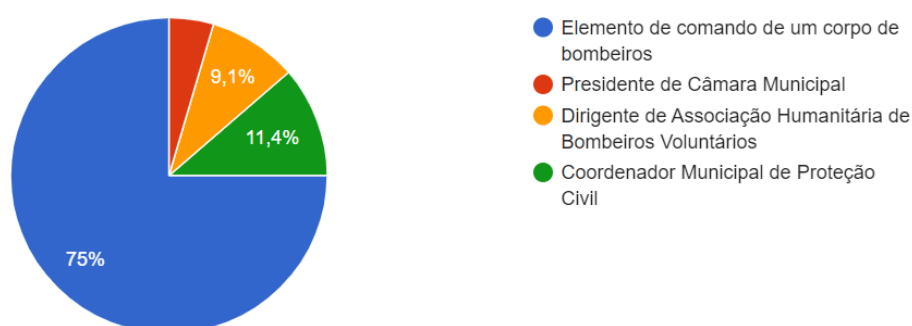


Figura 3 – Gráfico ilustrativo da distribuição por tipologia dos 44 inquiridos do presente trabalho

3.4.2. Análise de conteúdo

As 44 respostas aos inquéritos forneceram uma panóplia de informação que precisou ser alvo de observação antes de serem apresentada no Capítulo 4 – Resultados.

Indo ao encontro dessa boa prática metodológica, colocámos o conteúdo das respostas que nos foram endereçadas no Anexo E.

CAPÍTULO 4 – RESULTADOS

Feita a análise cuidada das respostas que nos foram graciosamente fornecidas – em entrevista e em inquérito – torna-se indispensável, então, a exposição global dos resultados conseguidos através da colheita dos contributos dos entrevistados e dos inquiridos. Como forma de simplificação, a informação foi tratada e filtrada, através de análise de conteúdo constante nos Anexos B, C e E, com o intuito de proceder à “eliminação da informação ‘parasita’, decorrente do “ruído informativo” ou, simplesmente, do excesso de informação gerada” (Oliveira, 2011, p. 66). Assim, para cada uma das categorias, idealizadas para a entrevista construída no âmbito da presente dissertação, apresentamos os resultados obtidos.

4.1. Entendimento sobre as funções da Logística

Procurámos identificar, no ponto de vista dos inquiridos, quais as funções da dimensão Logística que imediatamente identificam e que mais valorizam. Temos consciência de que todos os inquiridos conhecem a Lei e sabem quais são as funções que este domínio encerra. Esta questão está, por isso, relacionada com a valorização que cada um faz das diferentes funções entre si. Há entrevistados que identificaram mais do que uma, é certo, mas estamos certos de que nem por isso há lugar ao enviesamento da análise.

A função que se revelou mais valorizada foi a do **Reabastecimento alimentar**. Vinte e dois (22) dos inquiridos identificaram esta como sendo a função principal numa operação logística.

A segunda resposta com mais ocorrências foi, com dezanove (19) sinalizações, de modo generalizado a ideia de que a Logística deve “garantir todos os recursos para a resolução da operação de proteção e socorro”. Trata-se de uma generalização, que não podemos ignorar, mas cuja verificação não nos ajuda especialmente no apuramento de uma ideia concreta.

Segue-se, em terceiro lugar, com doze (12) ocorrências, ainda no alinhamento do Reabastecimento, o reabastecimento de **Combustível** para as veículos e para os

equipamentos necessários à operação principal de proteção e socorro. Antecipe-se, desde já, que ainda relacionado com os meios (veículos e equipamentos), os inquiridos consideram relevante, com cinco (5) respostas, a garantia de condições para a **Manutenção dos veículos e dos equipamentos** (mecânicos ou oficinas), sendo esta a sexta resposta com mais incidências.

A quarta resposta com mais incidências, sete (7), está relacionada com o Apoio Sanitário. Sete dos inquiridos consideram que a satisfação de condições de **Higiene** é uma função importante da Logística. Ainda no domínio do Apoio Sanitário, cinco (5) inquiridos referiram-se à questão do **Descanso** dos operacionais, a este propósito, note-se que três (3) das respostas aos inquéritos salientaram a necessidade de precaver a **Rotatividade do pessoal** e dois (2) fizeram alusão à questão dos **Cuidados de Saúde** a prestar aos operacionais em caso de acidentes.

O domínio que seis (6) dos inquiridos sublinharam está relacionado com o Reabastecimento de **Água**. Não temos a certeza se todas as respostas se referem a água para combate ao incêndio rural ou se se referem a água para hidratação dos operacionais.

As restantes respostas têm menos relevância para a análise – pelo menos assim consideramos –. Três (3) respostas referiram-se a Reserva (que não estamos certos se trate de reserva de pessoal, se de meios técnicos ou de reabastecimento. Duas (2) respostas aludiram a Infraestruturas de apoio, sem as especificar. E houve ainda três (3) respostas que se apontaram as Telecomunicações (1), as Evacuações (1) e a Informação (1) como funções logísticas relevantes.

4.2. Responsabilidade pelo suporte logístico

Num segundo grupo de perguntas – que dirigimos apenas em sede de inquéritos – procurámos perceber qual a opinião dos inquiridos sobre a quem deveria caber as operações de Logística. Também aqui não estava em causa aferir sobre o grau de conhecimento que os inquiridos têm da Legislação em vigor. Importava

recolher a sua opinião sobre quais os agentes que melhor preparados estarão para a implementação da dimensão Logística numa operação de proteção e socorros de grandes dimensões.

Entendemos, neste âmbito fazer três perguntas fechadas (de escolha múltipla), cada uma delas direcionada para diferentes fases da ocorrência, segundo a classificação plasmada no SGO. Perguntámos sobre a Fase I (até 36 operacionais), sobre a Fase II (até 108 operacionais) e sobre a Fase III (mais do que 108 operacionais). Entendemos não ser relevante para o presente estudo indagar sobre as fases seguintes.

Considera a maioria (52,3%) dos inquiridos que na Fase I do SGO deve caber à Associação Humanitária detentora do corpo de bombeiros (AHBV) responsável pela área da intervenção da ocorrência a realizar a ação de Logística. A opinião diverge se nos passarmos a referir à Fase II do SGO. Neste caso, os inquiridos que ainda consideram ser as AHBV as mais aptas a fazer a Logística desce para 18,2% – sendo a segunda opção mais valorizada –. E no caso da Fase III do SGO, as AHBV passam para a terceira opção, com a preferência de 11,4% dos inquiridos.

No que diz respeito às Câmaras Municipais, através dos Serviços Municipais de Proteção Civil, são 45,5% os inquiridos que consideram que deve caber às autarquias a tarefa da operação Logística nas operações em Fase I do SGO. Não é a cifra maior, mas é significativa. Quando passa para a Fase II do SGO, este valor sobe para os 72,7%, sendo a opção mais votada. Continua a ser a preferência da maioria para a Fase III do SGO, mas com a cifra a cair para os 52,3%.

A preferência por uma solução em que cabe à ANEPC a responsabilidade Logística não aparece na Fase I do SGO. Nenhum dos inquiridos defende essa hipótese como viável. E mesmo na Fase II do SGO são apenas 6,8% os inquiridos que considera ser a ANEPC a estrutura ideal para esta responsabilidade. Essa opção ganha dimensão – não sendo, no entanto, a maioritária – apenas na Fase III do SGO, com 31,8%.

No que diz respeito às Forças Armadas, 4,5% dos inquiridos entende que são a entidade ideal para a gestão da Logística na Fase III do SGO. Não há referências

à instituição castrense nas Fases I e II do SGO. No sentido contrário, 2,3% dos inquiridos (o equivalente a 1 resposta) considera uma opção não identificada com a referência “Cada uma deveria ter autonomia logística”. Nenhum dos inquiridos entende que deve caber à Cruz Vermelha ação logística em qualquer uma das Fases I, II e III do SGO.

Foram também questionados os inquiridos (em resposta aberta) no sentido de identificarem “qual deve ser o papel a desempenhar no âmbito do apoio logístico num teatro de operações” por parte de cada uma das opções de resposta – AHBV, autarquias municipais, ANEPC, Forças Armadas e Cruz Vermelha. As respostas foram analisadas, constam do Apêndice E da presente dissertação. No entanto, consideramos que não divergem – antes justificam – as respostas já mensuradas e analisadas acima.

Salienta-se, no entanto, a preocupação dos inquiridos em sublinhar uma necessidade de articulação entre as diferentes entidades envolvidas no TO e na retaguarda. Ressalta a convicção generalizada da importância operacional do Princípio da Subsidiariedade e do papel da ANEPC – talvez revestido da consciência de braço armado da Administração Central (vulgo Governo) – no que diz respeito ao financiamento das operações de Logística e de proteção e socorro.

4.3. Identificação dos principais constrangimentos

Procurámos saber a opinião dos entrevistados e dos inquiridos sobre quais consideram ser as principais dificuldades ou constrangimentos ao nível do apoio logístico nas operações de proteção e socorro, especialmente nos IR. Do conteúdo analisado, todos identificaram situações que são motivo de preocupação, sendo – assim acreditamos – todas passíveis de melhoria.

Aos inquiridos a pergunta que lançámos foi “Quais considera serem os aspetos mais críticos que, ao nível do apoio logístico, se verificam nas operações de extinção de Incêndios Rurais (IR)?”. Procurámos obter resposta a esta dimensão dos constrangimentos e dificuldades através de uma resposta aberta, mas

também através da seleção de várias opções (escolha múltipla) de entre uma lista de cinco opções.

Já no que diz respeito aos entrevistados, a pergunta apresentou-se formulada da seguinte maneira: “Quais considera serem os maiores constrangimentos/dificuldades e os aspetos mais críticos passíveis de identificação no apoio logístico às operações?”.

Dividimos as respostas em nove grandes grupos por questões práticas de análise e correlação.

4.3.1. Fornecimento e transporte de alimentação

Cifrou-se nos 79,5% – um total de trinta e cinco (35) respostas – o volume de réplicas que identificaram a Alimentação como sendo o mais cotado dos aspetos mais críticos que, ao nível do apoio logístico, se verificam nas operações de extinção de Incêndios Rurais. Estas foram as respostas à pergunta fechada, de escolha múltipla.

Na outra pergunta, aberta, também foi a dimensão da alimentação a que obteve mais referências.

Sete (7) das referências alude à **Alimentação num sentido geral**, sem especificar nenhum aspeto em concreto. Outros sete (7) inquiridos fizeram referência aos constrangimentos que decorrem do facto de ser necessário o **fornecimento de uma grande quantidade de refeições**, simultaneamente, para fazer face às necessidades de um grande número de operacionais no terreno. Esta dimensão foi, também, identificada pelo entrevistado Carlos Luís Tavares. Com seis (6) referências verificou-se a alusão ao constrangimento de, com muita frequência, as **refeições não serem fornecidas atempadamente**. Os inquiridos e entrevistados fizeram ainda alusão à **falta de qualidade** das refeições (2), **falta de local condigno** para a refeição ser tomada (2), à **desadequação da refeição** (1).

O entrevistado Carlos Luís Tavares, a este propósito, sublinhou os seguintes constrangimentos: “Durante o período noturno, com estabelecimentos de

restauração e de fornecimento de combustíveis encerrados”; “Próximo da hora das refeições, dificulta a confeção atempada nas quantidades exigidas”; “Dificuldade em fornecer as refeições enquanto os operacionais estão empenhados, por impossibilidade destes se poderem deslocar a um local adequado”; e ainda “Fornecimento de refeições em doses individuais, o que nem sempre acontece”.

4.3.2. Reparação de equipamentos e veículos

A questão da Reparação de equipamentos e veículos foi, na resposta fechada, o item que recolheu a segunda maior cotação, com 22 respostas e 50% das opções assinaladas.

Na análise mais aprofundada deste aspeto, nas respostas abertas, sublinha-se a referência à necessidade de dar uma resposta rápida e eficaz à avaria de veículos e de equipamentos.

O entrevistado Carlos Luís Tavares, a este propósito identificou o “Envelhecimento do parque auto que origina avarias com maior frequência”.

4.3.3. Apoio sanitário

Com dezanove (19) respostas na pergunta fechada, os inquiridos assinalaram o apoio sanitário como um dos principais constrangimentos na dimensão logística e, consequentemente, com reflexo na dimensão da manobra.

A falta de condições sanitárias, a falta de condições para repouso condigno e apropriado dos operacionais, foram, sublinhados pelos inquiridos. As “Dificuldades em arranjar locais para a higiene, apoio sanitário e descanso dos operacionais” foram, também, assinalados como constrangimentos pelo entrevistado Carlos Luís Tavares.

4.3.4. Abastecimento de combustível

Os constrangimentos relacionados com a necessidade de abastecimento de equipamentos e, especialmente, de veículos foram identificados por 38,6% das respostas fechadas (17) feitas aos inquiridos.

“Grandes necessidades de combustível para fazer face às necessidades dos teatros de operações” são, também para o entrevistado Carlos Luís Tavares, um grande constrangimento para a dimensão da manobra.

4.3.5. Infraestruturas de apoio

Com dezanove (14) respostas na pergunta fechada, (31,8%) os inquiridos assinalaram as infraestruturas de apoio um constrangimento na dimensão logística e, conseqüentemente, com reflexo na dimensão da manobra.

4.3.6. Dependência de terceiros

Foi também identificado pelos inquiridos e pelos entrevistados o facto de ter de haver uma forte interação com terceiros – empresas, fornecedores alimentares, de combustíveis, de víveres, restaurantes, etc. – como um importante constrangimento. Especialmente se a operação de proteção e socorro se desenvolver num meio pequeno ou no interior, onde o número de agentes económicos e de serviços, ou até mesmo os *stocks* normais das empresas, é muito reduzido.

4.3.7. Gestão do Tempo

Um número considerável de referências assinalou a questão das respostas atempadas como sendo um constrangimento relevante para a operação de manobra.

4.3.8. Planeamento e coordenação

Um número assinalável de referências considerou a falta de planeamento e coordenação da dimensão logística como sendo um constrangimento importante para a operação de manobra.

4.4. Soluções para melhorar a ação Logística

Identificadas as dificuldades e os constrangimentos, não se poderia deixar de solicitar aos inquiridos e aos entrevistados algumas soluções que poderiam ajudar a minimizar ou até mesmo a resolver algumas dessas contrariedades observadas.

- Padronização das respostas: Definição de procedimentos padronizados e formação (nesse sentido) aos diversos agentes. Reorganização das responsabilidades de cada agente;
- Incentivo a uma melhor articulação e interajuda entre todas as entidades potencialmente envolvidas;
- Capacitação das AHBV e dos SMPC para dar resposta às operações de grande envergadura;
- Planeamento da resposta da resposta Logística. Escalonando os níveis de responsabilidade logística;
- Mais formação de todos os intervenientes. Formação. Determinação de planos específicos para esta área.

4.5. Entendimento sobre a elaboração de uma doutrina geral

Sobre a questão da necessidade – ou não – da elaboração de uma doutrina geral, de aplicação ampla e nacional, de forma generalizada, foram feitas questões tanto aos entrevistados como aos inquiridos.

À pergunta “Concorda com a afirmação: «Com o aumento da complexidade dos teatros de operações é necessário criar uma doutrina para o apoio logístico?»”, todos os 43 inquiridos responderam “Concordo”. Esta resposta recolheu 100% das opiniões dos inquiridos.

Quando se questionou: “Concorda com a afirmação: «É necessária uma padronização (*checklist* obrigatória, por exemplo) para um apoio logístico eficaz?»”. De 44 respostas, dois (2) inquiridos (4,5%) responderam “Não concordo”. Havendo quarenta e duas (42) respostas “Concordo”.

Já no que diz respeito aos entrevistados, Nuno Castela Canilho, presidente da Direção da AH dos Bombeiros Voluntários da Mealhada, deu, à pergunta “Qual é a sua opinião sobre a padronização, através de uma *checklist* universal e preexistente a todas as operações logísticas, para um apoio e concretização eficazes?”, a sua concordância.

“Concordamos e consideramos que é algo absolutamente urgente”, respondeu o dirigente da associação humanitária – com experiência autárquica executiva numa Câmara Municipal e na Federação dos Bombeiros do Distrito de Aveiro. Este dirigente, na resposta à pergunta 2 da entrevista, sobre soluções para a melhoria da dimensão de apoio logístico às operações de proteção e socorro deu uma resposta completamente alinhada com esta ideia de “padronização” da dimensão Logística.

“Acreditamos que em muito se beneficiaria se houvesse uma doutrina nacional para a dimensão da ação logística nas operações de proteção de socorro – em todas elas, nas grandes e nas pequenas – de modo a que se pudesse mecanizar todas as diligências que precisam de ser assumidas pelos diferentes agentes de proteção civil ou serviços de apoio”, respondeu o dirigente de AHBV.

E acrescentou: “Esta doutrina nacional permitiria que qualquer associação de bombeiros ou serviço municipal de proteção civil pudesse saber antecipadamente

que meios precisa de alocar para uma determinada operação. Há muitos dirigentes que só percebem que não têm preparação suficiente para esta tarefa quando as coisas estão a correr mal e já há capital de queixa junto dos operacionais”.

Concluiu a resposta afirmando: “Teria de haver formação aos dirigentes e funcionários, especializando os conhecimentos destes para esta área em concreto. As pessoas precisam de conhecer a realidade de uma operação e agir em conformidade não criando constrangimentos nem condicionando a própria operação”.

Já o entrevistado Comandante Sub-Regional Carlos Luís Tavares, sobre a padronização através de *checklist*, preconizada na pergunta, respondeu: “A existência de uma *checklist* permite identificar todas as tarefas da responsabilidade da CELOG e por conseguinte, um maior controlo sobre as necessidades logísticas de uma ocorrência”.

Membro dirigente da ANEPC, com vasta experiência neste domínio, respondeu ainda: “A logística é uma das células num PCO, de materialização obrigatória a partir da fase III do SGO. Tem como incumbência a garantia da sustentação logística num TO, de modo a poder satisfazer todas as necessidades de meios e recursos. À Célula da Logística (CELOG) são atribuídas tarefas obrigatórias, devidamente articuladas com o COS, pelo que não devem ser descuradas”.

CAPÍTULO 5 – ANÁLISE E DISCUSSÃO

Depois de apresentados os resultados da pesquisa e auscultação realizadas e explanadas nos capítulos anteriores, torna-se necessário identificar – em forma de contributo – uma proposta futura decorrente dos resultados aferidos. Procuraremos analisar e discutir os aspetos que foram recolhidos junto dos entrevistados e inquiridos, e interligá-los com conceitos referidos no estado da arte, e, naturalmente, fazer resultar as posições do autor deste trabalho académico.

Considera Oliveira que “na investigação científica, digna desse nome, não há resultados favoráveis a interesses ou a eles desfavoráveis” (2018, p. 16). Assim, neste capítulo a partir dos resultados que foram obtidos e, daremos o nosso ponto de vista e o contributo sobre os mesmos, procurando assim contribuir para a realização de conclusões que possibilitem futuras investigações, ou alterações, no âmbito da conjuntura atual da logística em cenário de IR.

Conforme referido no Capítulo 2, da pesquisa bibliográfica não resultou qualquer evidência em termos de doutrina relativa à área logística adaptada para a proteção e socorro, em que se incluem os IR. Atendendo a este facto procurou-se esclarecer este aspeto nas entrevistas, especificamente com a colocação de uma questão sobre este assunto, cujos resultados apresentámos em 4.5..

Os resultados permitiram identificar bastante homogeneidade no que diz respeito à não existência de doutrina. E, acima de tudo, à necessidade urgente de se ajudarem os dirigentes das principais entidades envolvidas numa operação de proteção e socorro, com ferramentas e formação, a assumir com eficiência e com eficácia esta responsabilidade logística.

5.1. Logística em operações proteção e socorro

Torna-se necessária uma clarificação sobre a dimensão Logística numa operação de proteção e socorro no âmbito da Proteção Civil em Portugal. Uma interpretação do conceito, adaptada à realidade – como resposta às dificuldades e

aos constrangimentos e alicerçada na experiência de quem vive essas necessidades de perto –, mesmo que a partir da doutrina militar, é urgente e exigida por todos.

Um estudo que seja minimamente aceite e amplamente subscrito, que possa ser formalmente reconhecido como uma boa prática e, logo a seguir, uma doutrina. De modo a que, depois de amadurecido e burilado, possa ser objeto de divulgação – através de formação específica e consistente – por todos os agentes de proteção civil e por todas as entidades, que mesmo não o sendo, possam ajudar e contribuir na dimensão logística das operações de proteção e socorro.

5.2. Padronização

Por Padronização, que é sinónimo de normalização, normatização ou standardização, entende-se o processo de desenvolvimento e implementação de normas técnicas pelo qual se definem especificações técnicas que auxiliem na maximização da compatibilidade, reprodutibilidade, segurança ou qualidade de determinado processo, produto ou serviço.

A primeira sugestão que deixamos passa pela implementação – usual nas ciências sociais – de um processo pelo qual se possa padronizar toda a dimensão Logística nas operações de proteção e socorro – grandes e pequenas – no âmbito da Proteção Civil em Portugal.

5.3. Ferramenta de planificação

Consideramos – e esta é a segunda sugestão que consideramos ser justificada como tese na presente dissertação – que a elaboração de uma ferramenta de planificação passível de ser utilizada por todos – dirigentes e funcionários de AHBV, técnicos dos SMPC, pela própria ANEPC ou por outros APC – pode ser um primeiro passo, e imediato, para a padronização a que fazemos referência.

Seguidamente apresentaremos uma proposta de conteúdo para a *Checklist* em conformidade com tudo o que se disse até aqui. No anexo F podemos visualizar o modelo gráfico proposto de *Checklist*.

5.3.1. Checklist

CHECKLIST

VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

➤ **Combustíveis**

✓ **Posto de Combustível #01 -**

Contactos:

Horários de funcionamento

Localização

Capacidade de fornecimento?

Transporte do combustível até ao TO?

Add-Blue?

✓ **Posto de Combustível #02 -**

Contactos:

Horários de funcionamento

Localização

Capacidade de fornecimento?

Transporte do combustível até ao TO?

Add-Blue?

➤ **Mecânica**

✓ **Equipamentos**

- **Oficina para motobombas e motosserras**

Contactos:

Horários de funcionamento:

Localização:

✓ **Veículos**

- **Oficina para veículos pesados**

Contactos:

Horários de funcionamento:

Localização:

Reparações no TO?

- **Oficina para veículos ligeiros**

Contactos:

Horários de funcionamento:

Localização:

Reparações no TO?

- **Fornecedor de pneus**

Contactos:

Horários de funcionamento:

Localização:

Reparações no TO?

OPERACIONAIS

➤ **Alimentação**

✓ **Pequeno-almoço**

Quantidade:

Hora de referência de entrega no PC – 7h

Composição - DISTRIBUIÇÃO EM UNIDOSE

1 garrafa de água 0,33l ou 0,5l

1 sumo

1 peça de fruta

2 sandes

1 barra de cereais ou 1 pacote de bolachas

✓ **Almoço**

Quantidade:

Hora de referência de entrega no PC – 12h

Composição - DISTRIBUIÇÃO EM UNIDOSE

1 garrafa de água 0,33l ou 0,5l

1 sumo

1 peça de fruta

1 pão

1 talheres descartáveis e 1 guardanapo

1 refeição em marmitta descartável

Hipóteses:

Jardineira; Feijoada; Rancho; Arroz/Massa com frango;

Massa/Arroz com carne; Lombo assado com arroz e batatas...

✓ Lanche

Quantidade:

Hora de referência de entrega no PC – 16h

Composição - DISTRIBUIÇÃO EM UNIDOSE

1 garrafa de água 0,33l ou 0,5l

1 sumo

1 peça de fruta

2 sandes

1 barra de cereais ou 1 pacote de bolachas

✓ Jantar

Quantidade:

Hora de referência de fornecimento em refeitório – 19h

Composição - DISTRIBUIÇÃO EM REFEITÓRIO

1 garrafa de água 0,33l ou 0,5l

1 sumo

1 peça de fruta

1 pão

1 refeição

Hipóteses:

Jardineira; Feijoada; Rancho; Arroz/Massa com frango;
Arroz/Massa com carnes; Febras grelhadas com arroz e
batata frita;

Lombo assado no forno com arroz e batatas..

✓ Reforços da noite #01 e #02

Quantidade:

Hora de referência de entrega no PC – 2h

Composição - DISTRIBUIÇÃO EM UNIDOSE

2 garrafa de água 0,33l ou 0,5l

2 sumo

2 peças de fruta

2 sandes

2 barras de cereais ou 2 pacote de bolachas

✓ **Abastecimento de água para hidratação**

Posicionamento no PC de água em garrafas 0,33l ou 0,50l na proporção de 5 litros/operacional/dia

Quantidade:

✓ **Local para Base Logística Alimentar #01**

Contactos:

Localização:

Capacidade de frio?

Mesas de apoio?

Acessos?

✓ **Local para Consumo Alimentar #01 -**

Contactos:

Horário de Funcionamento:

Localização:

Capacidade de lugares sentados simultâneo

Capacidade de fornecimento (n.º refeições)

Estacionamento

✓ **Local para Consumo Alimentar #02 -**

Contactos:

Horário de Funcionamento:

Localização:

Capacidade de lugares sentados simultâneo

Capacidade de fornecimento (n.º refeições)

Estacionamento

➤ **Apoio Sanitário**

✓ **Descanso e higiene**

- **Pavilhões/ Escolas/ Piscinas com balneário**

Local #01

Contactos:

Horário de Funcionamento:

Localização:

- *Capacidade de utilização de balneários em simultâneo*
- *Capacidade para dormida*
- *Estacionamento*

Local #02

Contactos:

Horário de Funcionamento:

Localização:

- *Capacidade de utilização balneários em simultâneo*
- *Capacidade para dormida*
- *Estacionamento*

✓ **Saúde**

- **Centro de Saúde/ Hospital/ Clinicas**

Local #01

Contactos:

Horário de Funcionamento:

Localização:

Local #02

Contactos:

Horário de Funcionamento:

Localização:

5.3.2. Veículos e equipamentos

Relativamente à dimensão de satisfação de necessidades de Veículos e equipamentos, trata-se de uma função de Logística classificada, na lógica militar, como de Aquisição, Contratação e Alienação.

Dado o envelhecimento dos veículos habitualmente ao serviço dos corpos de bombeiros, aliado ao facto de, em operação, ser absolutamente essencial que seja reduzidos ao mínimo os tempos de paragem e de inoperacionalidade, torna-se relevante que, previamente à ocorrência, possam os responsáveis pela Logística ter feito o levantamento de existências e características de postos de combustível e de oficinas (tanto para ligeiros como para pesados, como para equipamentos). Assim que a operação de proteção e socorro começa, deve, então, o responsável pela Logística, servindo-se desta *checklist* e do levantamento que fez, confirmar a disponibilidade das entidades externas e, depois, em caso afirmativo, disponibilizar esta informação ao PC.

Interessa ter em conta alguns aspetos, eventualmente considerados menores, mas que não o são efetivamente. Por exemplo, a questão de confirmar e quantificar as capacidades de fornecimento e reposição dos postos de combustível, o fornecimento de *add-blue* e lubrificantes e o eventual transporte até ao TO ou local mais próximo da operação.

5.3.3. Alimentação

Sendo esta dimensão a que é apontada como a que mais constrangimentos e dificuldades tem numa operação logística, interessa valorizar a sua preparação e o seu planeamento com minúcia e exigência. A este propósito é muito importante a leitura e presença das “Recomendações Gerais Para Alimentação de Bombeiros”, editadas pela Direção Geral de Saúde, em julho de 2017.

Relativamente ao fornecimento das refeições, consideramos que o Pequeno-almoço, o Lanche e os Reforços da Noite devem ser consumidos no TO. Para isso, o responsável da Logística deve colocá-los, em unidose, no PC no horário

de referência respetivo – que decorre da respetiva Diretiva Financeira, mas sempre em articulação com o PC –. Por uma questão de economia de meios, acreditamos que, sendo possível, o Lanche deva ser entregue no PC juntamente com o Almoço e os Reforços da Noite (ambos) devem ser fornecidos com o Jantar ou no local onde o Jantar é consumido, diretamente aos operacionais.

Considera-se que, por princípio o Almoço deva ser fornecido em unidose, em marmita descartável, para ser consumido no TO. E o Jantar fornecido em refeitório (restaurante ou espaço adaptado para o efeito) de modo a que os operacionais possam ter acesso a um sanitário, comer sentados e em ambiente menos precário. Esta questão não invalida que, nalguns casos, por uma questão operacional possa ser ao contrário – almoço sentado e jantar em unidose – desde que se assuma a preferência por, pelo menos uma refeição ser tomada sentado.

Na *checklist* apresentada colocam-se as quantidades sugeridas para cada uma das refeições ligeiras e ainda, como hipóteses de ementa algumas refeições principais que podem ajudar o responsável da Logística. Refeições nutritivas, de cozinha tradicional portuguesa, capazes de fornecer aos operacionais energia suficiente para a operação (DGS, 2017). As refeições servidas no TO devem ser de fácil manuseamento – por exemplo, respeitando a ausência de ossos ou espinhas ou a não necessidade de uso simultâneo de faca e garfo – dadas condições em que vão ser consumidas.

Considera-se, ainda, como uma boa prática que as equipas/ brigadas/ grupos devam ter uma autonomia, relativamente à alimentação, de pelo menos 24 horas, podendo utilizar para esse efeito o Kit Alimentar de Proteção Civil conforme descrito na “Recomendações Gerais Para Alimentação de Bombeiros”, da DGS, em julho de 2017.

No que diz respeito à questão dos espaços, deve o responsável pela Logística ter em atenção de que precisa de um espaço onde vai instalar a Base Logística Alimentar, precisando de organizar uma linha de produção especialmente para as refeições servidas no TO. Deve, para isso, ter em atenção algumas características, como por exemplo, a existência de capacidade de frio, a existência de mesas de apoio e a facilidade de acessos de fornecedores e de veículos para a distribuição até ao PC.

Especialmente para a refeição que vai ser consumida à mesa, deve o responsável pela Logística providenciar, em alternativa, um espaço pré-existente – refeitório de uma escola, restaurante ou afim –, ou um espaço que vai ser montado para o efeito – um pavilhão, uma associação recreativa, etc. –. Em ambas as hipóteses, torna-se necessário precaver a existência de lugares sentados em simultaneidade, a capacidade total de fornecimento das refeições e a capacidade de estacionamento – sendo que os operacionais poderão deslocar-se em veículos pesados –.

5.3.4. Água

A hidratação dos operacionais é muito relevante para as necessidades fisiológicas e de bem-estar de todas as pessoas que necessitam de estar aptas para a operação de combate.

Para este estudo e para esta *checklist* partimos do princípio inicial de que um operacional deve consumir 3 a 5 litros de água por dia (DGS, 2017). Através da distribuição da alimentação sugerimos a entrega de seis garrafas. Ou seja, um total de 2 litros, no caso de as garrafas serem de 0,33 l, ou um total de 3 litros, se as garrafas distribuídas forem de 0,5 l.

Entendemos, então que deve promover-se o posicionamento, no PC, de água em garrafas 0,33l ou 0,50l na proporção que falta na distribuição alimentar para satisfação do objetivo de 5 litros/operacional/dia (DGS, 2017).

Para um melhor entendimento da importância da hidratação dos operacionais, aconselhamos a leitura das “Recomendações Gerais Para Alimentação de Bombeiros”, da DGS.

5.3.5. Apoio sanitário

Outro dos aspetos que interessa ter em conta no sentido de, na retaguarda, preservarmos o bem-estar e as condições de salubridade e conforto dos operacionais, está diretamente relacionado com o Apoio Sanitário.

De forma ampla, o Apoio Sanitário diz respeito à salvaguarda de infraestruturas de retaguarda relacionadas com o Descanso e com a Higiene, por um lado, e com a Saúde, por outro lado.

5.3.5.1. Descanso e higiene

No que toca à questão do Descanso, entendemos que deveria passar a ser encarado como uma boa prática, e algo que deve ser incentivado em termos de formação de comandantes, da guarnição na carga dos veículos – sejam de combate sejam de apoio – constar a existência de camas de campanha para os respetivos operacionais. Hoje em dia são equipamentos relativamente acessíveis a nível de custos e passíveis de serem adquiridos em qualquer loja de produtos generalistas de *outdoor*.

Estas camas para os operacionais descansarem facilitam imenso a possibilidade de um descanso mais eficaz, facilitando, também, mesmo no caso de a acomodação ser feita num local adaptado onde pode não haver – em número suficiente – outros equipamentos destinados a esse fim.

Em termos de foco por parte do responsável da Logística de uma operação, consideramos que é absolutamente fundamental que – a exemplo do que foi dito atrás, sobre a preparação e levantamento das condições pré-existentes no território –, assim que a operação de socorro começa deva ser confirmada a disponibilidade de espaços capazes de promover o descanso e a higiene de um número grande de operacionais.

O ideal é que estes espaços possam, simultaneamente, dar provimento à higiene – com balneários desportivos, por exemplo – e ao descanso. Sendo ainda, admissível que possa ser o mesmo espaço onde são fornecidas as refeições ‘à

mesa'. Falamos de pavilhões desportivos, escolas, salões de associações culturais e recreativas, etc.. Não sendo possível, é viável, por exemplo, a utilização de espaços desportivos, como estádios, com balneário, e as zonas de descanso propriamente ditas não serem no mesmo local, mas relativamente próximo.

É relevante que, em sede de levantamento das pré-existências, se considere a capacidade de utilização, em simultâneo, dos balneários. E a capacidade para a dormida de um número grande de operacionais – com tranquilidade, silêncio, e alguma privacidade –. Há que ter em conta, ainda, a satisfação de necessidades de estacionamento – de ligeiros e de pesados –.

5.3.5.2. Saúde

No que toca à dimensão da Saúde no Apoio Sanitário, verificam-se os mesmos pressupostos enunciados anteriormente relativamente à questão dos Veículos e Equipamentos e do Descanso e Higiene. O responsável pela Logística deve fazer o levantamento das pré-existências, realizar contactos prévios com os responsáveis pelos equipamentos, e acioná-los, mesmo que preventivamente, assim que a operação de proteção e socorro se inicia.

Relativamente à Saúde há algumas características que justificam o tratamento diferenciado deste tema face aos restantes. Porque, na prática, não há grande hipótese de ingerência quando um operacional se lesiona, uma vez que acionada a emergência médica será o CODU a direccionar o paciente.

Não estamos, portanto, a falar de situações em que se verifica necessidade de mobilização da emergência médica, mas em casos de pequenos ferimentos, queimaduras ligeiras, casos de cansaço extremo, necessidades de apoio psicológico, etc.

Neste caso interessa estarem precavidas opções necessárias para dar resposta a questões pontuais e não-graves relacionadas com a saúde dos operacionais. Falamos de Centros de saúde, hospitais ou clínicas.

5.3.6. Considerações gerais

Como considerações finais e gerais sobre a necessidade de uma doutrina para a Logística na Proteção Civil em Portugal, sobre a padronização e sobre a proposta de ferramenta que aqui apresentámos, interessa, ainda, referir o seguinte:

- Para criar doutrina é necessário que este modelo seja divulgado na formação inicial de Quadros de Comando ministrada pela Escola Nacional de Bombeiros.
- Esta necessidade de formação é, ainda, absolutamente relevante para dirigentes e funcionários das AHBV e para os técnicos dos SMPC.
- Esta *checklist* não é um documento fechado, pode e deve ser atualizada e melhorada face à realidade de cada AAP / município.
- É importante que numa primeira fase, os Comandos e Direções tenham conhecimento desta *checklist* e façam uma reflexão sobre todos os pontos de forma a operacionalizá-la.
- Esta *checklist* deve ser revista periodicamente, por cada APC, de forma a estar permanentemente atualizada.
- Pretende-se que seja uma ferramenta de gestão operacional tanto para as AHBV – Comandos, Direções e funcionários –, mas também para os SMPC.
- Esta *checklist*, assim que preenchida e confirmada quanto às disponibilidades, deve ser fornecida ao PC.
- Considera-se, ainda, como uma boa prática que as equipas/ brigadas/ grupos devam ter uma autonomia, relativamente à alimentação, de pelo menos 24 horas, podendo utilizar para esse efeito o Kit Alimentar de Proteção Civil (DGS julho 2017).

CAPÍTULO 6 – CONCLUSÃO

6.1. Aprendizagem do estudo da Logística Militar

A instituição castrense é, sem sombra de dúvidas, a que mais experiência tem, desde há milénios, no domínio da Logística. Tal como é filosófico o debate sobre se quem nasceu primeiro foi o ovo ou a galinha, será difícil perceber se foi a Guerra que inventou a Logística ou se foi a Logística que inventou a Guerra. A bibliografia e um conjunto de instituições ou indivíduos de renome nacional recomendam a aquisição ou a partilha de conhecimento, em determinadas áreas, com as instituições castrenses.

No Capítulo 2 – especificamente em 2.1. A definição de Logística – já abordámos o conceito de Logística (2.1.1.) e, especialmente, fizemos uma perspetiva histórica (em 2.1.2.) que evidencia o que estamos a dizer, no âmbito do relacionamento entre a Logística e a Guerra.

Importava, então, e neste ponto em concreto, no domínio do estudo da Logística em grandes operações de proteção e socorro, aprofundarmos o conhecimento sobre a metodologia das Forças Armadas neste domínio, dado que, também elas, têm, como APC, ação nesta área.

A doutrina militar para a Logística, assente nos três níveis desenvolvidos no ponto 2.4.1.1., mostra bem a diferenciação entre o planeamento e a execução, e a necessidade de eficácia e eficiência e de articulação entre a dimensão Estratégica, Operacional e Tática.

Depois, a formulação clara de Funções de Logística (vide 2.4.1.2.) – que funcionam autonomamente, mas em articulação – demarca bem como é que as Forças Armadas trabalham a Logística de forma segmentada, mas, ao mesmo tempo, integrada.

Por fim, apesar de ser de importância extrema – nomeadamente para a analogia que se pretende com a Proteção Civil – há que perceber quais são os princípios fundamentais que a doutrina Logística militar tem subjacente e que norteia, completamente, toda a dimensão prática e operacional.

Consideramos, com esta explanação, tornar claras as vantagens – para a eficácia e para a eficiência de uma operação logística – da doutrina militar em presença em Portugal.

6.2. Satisfação dos Objetivos da Investigação

Na proposta inicial desta investigação, apresentámos – em 1.3. – os três grandes objetivos centrais do estudo. Cumpre, agora, analisar e perceber o grau de satisfação deste empreendimento.

Considerámos, desde logo, que o primeiro desses objetivos passava por compreender, analisar e contribuir para a identificação e conceptualização do que é o Apoio Logístico nas operações de Proteção Civil em Portugal. Para isso estudámos profundamente toda a legislação e toda a literatura a que tivemos acesso para caracterizarmos, o melhor possível, o ‘Estado da Arte’ – com as suas fragilidades e sucessos – da forma como é feita a Logística em operações de Proteção Civil. Fizemos, depois, uma análise sobre a Logística Militar (em 2.4.) e, de modo menos denso, mas igualmente curioso, sobre a Logística Civil e Humanitária (em 2.5).

É nosso entendimento, que este primeiro objetivo se considera inteiramente cumprido, tendo ficado patentes e claras as necessárias funções e princípios da Logística que estão e que terão de fazer parte de uma doutrina de Apoio Logístico nas operações de Proteção Civil em Portugal.

Note-se, ainda, que sobressai desta nossa primeira abordagem, como limitação, a existência de pouca bibliografia disponível sobre a área logística em operações de proteção e socorro.

Em segundo lugar, almejámos justificar a necessidade de uma doutrina estratégica e operacional que solidificasse uma sistemática geral para a implementação de operações de logística capazes de proporcionar e impactar operações de proteção civil eficazes e eficientes. Resulta para nós claro que também esta necessidade ficou demonstrada. Era algo que – por experiência própria – já reconhecíamos, mas através do estudo da Logística em Proteção Civil, da Logística Militar e da Logística Humanitária parece-nos ter ficado

claramente demonstrado. Assim pensam, também, todas – absolutamente todas – as 43 respostas ao nosso Inquérito, que à pergunta “Concorda com a afirmação: «Com o aumento da complexidade dos teatros de operações é necessário criar uma doutrina para o apoio logístico?»” responderam “Concordo”.

Em terceiro lugar, pretendíamos deixar uma ferramenta operacional capaz de ser usada por qualquer agente promotor de operações de logística de modo preventivo, simples e direto. Por fim, explanámos em 5.2. e 5.3. a nossa proposta de padronização e consequente *checklist*, para a qual tivemos, também, que fazer pesquisa, estudo e análise crítica com vários intervenientes.

6.3. Recomendações e propostas para trabalhos futuros

Torna-se absolutamente claro de que, uma vez aceite a necessidade de uma doutrina para a Logística em Proteção Civil em Portugal, o caminho apenas começa. Há estudo que precisa de ser feito, há discussão que carece de espaço e oportunidade, há resultados, recomendações, propostas e documentos aprovados que precisam de ver a luz do dia.

Há tanto a fazer que se pode tornar redutor identificar ações que podem ser vistas, apenas, como a parte visível do icebergue.

- A criação de um manual de doutrina logística nas operações de proteção e socorro surge, naturalmente, como a primeira recomendação deste estudo, aliada à possibilidade de trazer para o setor aquilo que possa ser adaptável da doutrina militar. Entendemos que, quer o SGO, quer as diretivas, não expressam técnicas e procedimentos a ter em conta na condução das manobras logísticas nos TO. Conforme existem manuais que preconizam os diferentes métodos de ataque, deverá existir uma publicação que espelhe também as diferentes opções que podem ser tomadas ao nível da logística, facilitando o papel de todos os agentes que têm de desempenhar funções deste âmbito.

- É necessário e, imediato, implementar um programa de formação generalizado a comandos, direções e funcionários das AHBV e de técnicos dos SMPC sobre a dimensão logística em operações de proteção e socorro. Só pessoas conscientes

do que é pedido serão capazes de optar, de assumir compromissos e responsabilidades e de agir em conformidade. É preciso assumir, de uma vez por todas, que não é viável concluirmos que é preciso fazer alguma coisa, apenas depois de as coisas estarem a correr mal.

- Em relação aos SMPC, urge realizar um estudo que permita compreender as afirmações e resultados aqui encontrados, naquilo que diz respeito às condições e implementação dos SMPC nos diversos concelhos, conforme preconiza a legislação em vigor. Será também pertinente verificar-se, especialmente nos cenários de grandes incêndios, qual o papel que efetivamente os SMPC desempenham em termos de execução da sustentação logística dos TO.

- Parece-nos claro que por limitações várias resta assumir que, com esta dissertação, muito ficou por estudar numa área em que ainda há tanto a fazer. Existe, portanto, a necessidade de estudar todas as outras funções logísticas que aqui não foram desenvolvidas e que possam ser pertinentes para as operações de proteção e socorro.

BIBLIOGRAFIA

Almeida, S. (2018). A gestão da catástrofe, como medida de resposta à crise. In L. Lourenço & A. Amaro (Eds.), *Riscos e crises: Da teoria à plena manifestação* (pp. 227-321). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Alves, João A. F. S. (2013) *A Logística das Forças Armadas em operações de apoio à paz, de estabilização, de apoio ao desenvolvimento e de ajuda humanitária*. Trabalho de investigação individual do CPOG 2012/2013

ANEPC. (2019) - Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil – www.prociv.pt; consultado em 20 de abril 2020;

ANEPC. (2023). Diretiva Operacional Nacional n.º 2 - DECIR - Dispositivo especial de combate a incêndios rurais. Carnaxide: Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

ANEPC. (2023). Diretiva financeira 2023. Carnaxide: Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil.

ANPC. (2010). Diretiva Operacional Nacional nº 1 - DIOPS - Dispositivo integrado de operações de proteção e socorro. Carnaxide: Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Carvalho, J. C., Guedes, A. P., Arantes, A. J., Martins, A. L., Póvoa, A. P., Luís, C. A., et.al. (2017). *Logística e gestão da cadeia de abastecimento* (2.ª ed). Lisboa: Edições Sílabo.

Carvalho, Nuno Filipe Gonçalves. (2020) *Logística nas operações de proteção e socorro: O caso dos incêndios rurais*. Dissertação de Mestrado

CEIPC. (2017). *Pedrogão Grande - O desafio de uma catástrofe. Relatório de análise do incêndio florestal*. Maфра: Centro de Estudos e Intervenção em Proteção Civil.

Costa, J. P. (2016). *Sistemas de apoio à decisão na prevenção e combate a incêndios florestais* (dissertação de mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.

Costa, J. P., Dias, J. M., & Godinho, P. (2010). Logística. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. EME. (2013). PDE 4-00 Logística. Lisboa: Exército Português.

CSCMP. (2013). Supply chain management terms and glossary. [PDF]. Consultado em 2023-08-27 – (https://cscmp.org/CSCMP/Educate/SCM_Definitions_and_Glossary_of_Terms.aspx)

CTI. (2017). Relatório - Análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrogão grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertã, entre 17 e 24 de junho de 2017. Lisboa: Assembleia da República.

CTI. (2018a). Relatório - Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental: Nota informativa à comunicação social. Lisboa: Assembleia da República.

CTI. (2018b). Relatório - Avaliação dos incêndios ocorridos entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental. Lisboa: Assembleia da República

Decreto-Lei 78/75, de 22 de fevereiro. (1975) Aprova a criação do Serviço Nacional de Proteção Civil. Diário do Governo n.º 45/1975, Série I

Decreto-Lei nº 510/80, de 25 de outubro.(1980) Aprova a lei orgânica do Serviço Nacional de Proteção Civil (SNPC).

Decreto-Lei nº 49/2003, de 25 de março.(2003) Aprova a criação do Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil.

Decreto-Lei nº 134/2006, de 25 de Julho.(2006) Cria o Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro (SIOPS). Diário da República n.º 142/2006, Série I

Decreto-Lei nº 203/2006, de 27 de outubro.(2006) Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Administração Interna. Diário da República n.º 208/2006, Série I

Decreto-Lei nº 114/2011, de 30 de novembro. (2011) Transferência de competências dos governos civis. Diário da República n.º 230/2011, Série I

Decreto-Lei n.º 44/2019, de 1 de abril. (2019). Concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da proteção civil. Procede à segunda alteração à Lei n.º 65/2007, de 12 de novembro, alterada pelo Decreto - Lei n.º 114/2011, de 30 de novembro. Diário da República n.º 64, 1.ª Série

Decreto-Lei n.º 45/2019, de 1 de abril. (2019). Aprova a orgânica da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC). Diário da República n.º 64, 1.ª Série

Decreto-Lei n.º 90-A/2022. Aprova o Sistema Integrado Operações de Socorro (SIOPS), Diário da República n.º 251/2022, 1º Suplemento, Série I

Despacho n.º 3551/2015. Regulamentação e definição do Sistema de Gestão de Operações. Diário da República n.º 69/2015, Série II

Despacho n.º 3317-A/2018 Revisão do Sistema Gestão de Operações (SGO).

DGS (Julho de 2017) “Recomendações Gerais Para Alimentação de Bombeiros”.

Diário da República n.º 65/2018, 1º Suplemento, Série II

EME. (1977). Logística das pequenas unidades. Lisboa: Estado-Maior do Exército.

EME (2007). PDE 4-00 Logística. Évora: Comando de Instrução.

EME (2008). Diretiva N.º 28, Atribuições e responsabilidades na preparação e emprego de elementos e de Forças Nacionais Destacadas (FND) do Exército no âmbito das missões humanitárias e de paz. Lisboa.

EME. (2012). ME-04-260-01 - Apoio logístico nas operações militares escalão batalhão e companhia: Noções gerais. Lisboa: Exército Português.

EME. (2013). PDE 4-00 Logística. Lisboa: Exército Português.

EME (Outubro 2014). PDE 4-46-00 Sistema Logístico do Exército. Lisboa: Exército Português.

EME (2015). PDE 0-42-00 Apoio administrativo-logístico aos elementos e às Forças Armadas do Exército em missão fora do território nacional. Lisboa: Exército Português.

FEMA. (2017). National incident management system (3.^a ed.). Washington, DC: Federal Emergency Management Agency.

KRESS, Moshe (2002). Operational Logistics. The Art and Science of sustaining Military operations. Massachusetts: Kluwer Academic Publishers. ISBN: 1- 4020-7084-5.

KOVACS, Gyongyi, SPENS, Karen (2007). Humanitarian logistics in disaster relief operations. Business Science Reference. Chocolate Avenue..

JIU, (2012)

LBP. (2003). Livro aberto do sistema de proteção e socorro em Portugal. Lisboa: Liga dos Bombeiros Portugueses.

Lei ^o 10/79, de 20 de março. (1979) – Criação do Serviço Nacional de Bombeiros. Diário da República n.^o 66/1979, Série I

Lei ^o113/91, de 29 de agosto. (1991) – Lei de Bases da Proteção Civil. Diário da República n.^o 198/1991, Série I-A

Lei n.^o 27/2006, de 3 de julho. (2006). Lei de Bases da Proteção Civil. Diário da República n.^o 126, 1.^a Série

Lei n.^o 65/2007, de 12 de novembro. (2007). Define o enquadramento institucional e operacional da proteção civil no âmbito municipal, estabelece a organização dos serviços municipais de proteção civil e determina as competências do comandante operacional municipal. Diário da República n.^o 217, 1.^a Série

Lei n.^o 80/2015, de 3 de agosto. (2015). Segunda alteração à Lei n.^o 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil. Diário da República n.^o 149, 1.^a Série,

Lei n.º 49-A/2017, de 10 de julho. (2017). Cria a Comissão Técnica Independente para a análise célere e apuramento dos factos relativos aos incêndios. Diário da República n.º 131, 1.ª Série

Lei n.º 109-A/2017, de 14 de dezembro. (2017). Cria a Comissão Técnica Independente para a análise dos incêndios que ocorreram entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental. Diário da República n.º 239, 1.ª Série

Lei n.º 56/2018, de 20 de agosto. (2018). Observatório técnico independente para análise, acompanhamento e avaliação dos incêndios florestais e rurais que ocorram no território nacional. Diário da República n.º 159, 1.ª Série

Liga dos Bombeiros Portugueses (Outubro 2020) “O Papel dos Bombeiros Voluntários em Portugal”.

LYNN, John (1994). Feeding Mars: Logistics In Western Warfare From The Middle Ages To The Present. Colorado: Westview Press Inc.

Maslow, Abraham H.(2013) Theory of Human Motivation, Editora: Martino Fine Books

MOURA, Benjamim (2006). Logística. Conceitos e Tendências. Famalicão : Centro Atlântico. ISBN: 989-615-019-2.

NATO (2003). AJP – 4 (A) Allied Joint Logistic Doctrine. NATO/EAPC Unclassified publication

NATO. (2019). AAP-06 NATO glossary of terms and definitions (english and french). Bruxelas: NATO Standardization Office.

NOBRE, José (2013). Entrevista concedida em 21 de Outubro de 2013, em Lisboa.

Oliveira, L. A. (2011). Dissertação e tese em ciência e tecnologia: Guia de boas práticas. Lisboa: LIDEL.

Oliveira, L. A. (2018). Escrita científica: Da folha em branco ao texto final. Lisboa: LIDEL.

OTI. (2019). O planeamento da defesa da floresta contra incêndios (DFCI). Lisboa: Assembleia da República.

Pato, A. N. (2019). Coisas da logística e a logística das coisas. CEIPC - inform@64, p. 12.

Pordata (2021) Consultado em 23 setembro de 2023 <https://www.pordata.pt/portugal/corpos+de+bombeiros-1107>

Prociv (2023) (consultado em agosto 2023. <https://prociv.gov.pt/pt/documentacao/sgo-ferramentas-de-coordenacao-comando-e-controlo/>).

Prociv (2023) (consultado em setembro 2023 <https://prociv.gov.pt/pt/sistema-de-protecao-civil/sistema-integrado-de-operacoes-de-protecao-e-socorro>)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017, de 27 de outubro. (2017). Aprova alterações estruturais na prevenção e combate a incêndios florestais. Diário da República n.º 208, 1.ª Série

Sarmiento, M. (2008). Guia prático sobre metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada (2.ª ed.). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Serrano, P. J. (2014). A logística multinacional em teatros de operações. O caso da NATO (dissertação de mestrado). Universidade Autónoma de Lisboa. Lisboa.

Teodora, A. C., & Afonso, P. J. (2007). Cadeira M-151 - Logística. Lisboa: Academia Militar.

Thompson, Julian (1991). The lifeblood of war. Logistics in armed conflicts. London: Brassey's.

UNHCR (2007). Handbook for emergencies 2nd edition. [Consultado em 29 de agosto de 2023]. Disponível na internet: http://www.the-ecentre.net/e_librar.pdf.

Visão, Revista de 14 de junho de 2022 edição online - (<https://visao.pt/atualidade/sociedade/2022-06-14-liga-dos-bombeiros-propoe-escusa-de-responsabilidade-aos-comandantes/>)

Waters, Donald (2003). Logistics. An introduction to Supply Chain Management. New York : Palgrave MacMillan. ISBN: 0-333-96369-5.

WENTZ, Larry (2002). Lessons from Kosovo. The KFOR experience. CCRP. [Consultado em 29 de agosto de 2023]. Disponível na internet em: http://www.dodccrp.org/files/Wentz_Kosovo.pdf.

WFP (2014). Logistics Cluster. [Consultado em 29 de agosto de 2023]. Disponível na internet em: <http://www.wfp.org/logistics/cluster>.

ANEXOS

ANEXO A

GUIÃO DA ENTREVISTA

Exmo Sr. XXXXX

Cargo ou antigo cargo,

No âmbito da dissertação de Mestrado do subscritor, com o tema «Sistema de Apoio Logístico na Proteção Civil em Portugal », do Instituto Superior de Ciências da Informação e Administração, acreditamos que a recolha de dados e de pontos de vista especializados em muito beneficiaria com o contributo de V.Excia.

O trabalho de investigação com o título «Apoio logístico em grandes operações de proteção civil – Incêndios Rurais», pretende debruçar-se sobre a necessidade de ser criada uma doutrina devidamente enquadrada e exequível para este tipo de ocorrências que, apesar de serem sazonais, movimentam cada vez mais um maior número de operacionais e meios que muitas vezes não têm o efeito esperado no combate aos incêndios. Acreditando o autor do trabalho de investigação que uma das principais razões que justifica menos eficácia é não haver uma rede logística capaz de ser rapidamente implementada e dimensionada à complexidade dos Teatros de Operações.

Assim, gostaríamos de realizar uma entrevista a V.Excia, com a finalidade de recolher contributos e pontos de vista sobre a temática, cujas perguntas são as seguintes:

- 1 – Quais considera serem os maiores constrangimentos/dificuldades e os aspetos mais críticos passíveis de identificação no apoio logístico às operações?
- 2 – Que soluções entende poderem ser apresentadas para melhorar o apoio logístico?
- 3 – Qual é a sua opinião sobre a padronização, através de uma *checklist* universal e preexistente a todas as operações logísticas, para um apoio e concretização eficazes?

Ciente da melhor atenção por parte de V.Excia, agradecemos o cordial contributo na resposta às questões supra apresentadas.

Atenciosamente,

Com os melhores cumprimentos, Nuno Filipe Ferreira Antunes João

ANEXO B

RESPOSTA DO COMANDANTE SUB-REGIONAL DA REGIÃO DE COIMBRA – CARLOS LUIS TAVARES

26 de maio de 2023 12:21

Amigo Comandante

Espero contribuir para o resultado final.

Força nisso.

1 – Quais considera serem os maiores constrangimentos/dificuldades e os aspetos mais críticos passíveis de identificação no apoio logístico às operações?

- Hora de início das ocorrências:
 - Durante o período noturno, com estabelecimentos de restauração e de fornecimento de combustíveis encerrados;
 - Próxima da hora das refeições, dificulta a confeção atempada nas quantidades exigidas.
- Grande mobilização operacionais, em meios rurais, com pouca disponibilidade de fornecimento de refeições e combustíveis;
- Ocorrências em que é afetado mais do que um município causa constrangimentos na assunção das despesas;
- Dificuldade em fornecer as refeições enquanto os operacionais estão empenhados, por impossibilidade destes se poderem deslocar a um local adequado;
- Fornecimento de refeições em doses individuais, o que nem sempre acontece;
- Grandes necessidades de combustível para fazer face às necessidades dos teatros de operações
- Dificuldade em arranjar locais para a higiene, apoio sanitário e descanso dos operacionais
- Envelhecimento do parque auto que origina avarias com maior frequência
- Dificuldade na evacuação de povoações sobretudo de pessoas com necessidades especiais e o seu correto acolhimento em locais adequados.

2 – Que soluções entende poderem ser apresentadas para melhorar o apoio logístico?

- Os SMPC poderão acordar com diferentes empresas de restauração, IPSS, escolas, o fornecimento de refeições para um número elevado de operacionais;
- Os SMPC poderão acordar com empresas petrolíferas o fornecimento de combustíveis em cisternas que se desloquem próximo dos locais das ocorrências;
- Os SMPC poderão ativar um conjunto de recursos dos próprios municípios, como por exemplo manutenção de veículos, fornecimento de água, máquinas e equipamentos, entre outros;
- As equipas de combate deverão ter autonomia para as primeiras horas de uma ocorrência;
- Em cada município devem estar previamente estabelecidos locais para o acolhimento da população (ZCAP);
- Em cada município deverão estar previamente estabelecidos locais para alimentação, descanso e higiene, apoio sanitário e manutenção;
- Definição concreta das responsabilidades e da assunção de despesas inerentes ao apoio logístico às operações – Há diferentes entendimentos por parte dos municípios.

3 – Qual é a sua opinião sobre a padronização, através de uma check-list universal e preexistente a todas as operações logísticas, para um apoio e concretização eficazes?

A logística é uma das células num PCO, de materialização obrigatória a partir da fase III do SGO. Tem como incumbência a garantia da sustentação logística num TO, de modo a poder satisfazer todas as necessidades de meios e recursos.

À Célula da Logística (CELOG) são atribuídas tarefas obrigatórias, devidamente articuladas com o COS, pelo que não devem ser descuradas.

A existência de um *checklist* permite identificar todas as tarefas da responsabilidade da CELOG e por conseguinte, um maior controlo sobre as necessidades logísticas de uma ocorrência.

Com os Melhores Cumprimentos e Elevada Consideração

Carlos Luís Tavares

ANEXO C

RESPOSTA DO PRESIDENTE DA DIREÇÃO DA AHBV MEALHADA –
NUNO CASTELA CANILHO

1 – Quais considera serem os maiores constrangimentos/dificuldades e os aspetos mais críticos passíveis de identificação no apoio logístico às operações?

Os principais constrangimentos estarão relacionados com a incerteza associada à evolução da situação. Há necessidade de um acompanhamento muito próximo no sentido de se perceber que meios logísticos precisam e precisarão de ser acionados no curto, médio e longo prazo.

Outra dificuldade passa pela questão da produção da alimentação. Diferentes momentos do dia ou da semana poderão condicionar a escolha de alguns fornecedores de produtos ou até de mão-de-obra para a própria produção.

2 – Que soluções entende poderem ser apresentadas para melhorar o apoio logístico?

Acreditamos que em muito se beneficiaria se houvesse uma doutrina nacional para a dimensão da ação logística nas operações de proteção de socorro – em todas elas, nas grandes e nas pequenas – de modo a que se pudesse mecanizar todas as diligências que precisam de ser assumidas pelos diferentes agentes de proteção civil ou serviços de apoio.

Esta doutrina nacional permitiria que qualquer associação de bombeiros ou serviço municipal de proteção civil pudesse saber antecipadamente que meios precisa de alocar para uma determinada operação. Há muitos dirigentes que só percebem que não têm preparação suficiente para esta tarefa quando as coisas estão a correr mal e já há capital de queixa junto dos operacionais.

Teria de haver formação aos dirigentes e funcionários, especializando o conhecimentos destes para esta área em concreto. As pessoas precisam de conhecer a realidade de uma operação e agir em conformidade não criando constrangimentos nem condicionando a própria operação.

3 – Qual é a sua opinião sobre a padronização, através de uma *checklist* universal e preexistente a todas as operações logísticas, para um apoio e concretização eficazes?

Concordamos e consideramos que é algo urgente. Em boa hora assinalamos a preocupação do Sr. Comandante Nuno João em trabalhar, academicamente, nesse sentido.

Nuno Castela Canilho

ANEXO D

GUIÃO DO INQUÉRITO

Inquérito aos atores num teatro de operações de Proteção Civil em Portugal

No âmbito da investigação para a Dissertação de Mestrado do aluno Nuno João, subordinado ao tema «Sistema de Apoio Logístico na Proteção Civil em Portugal», interessa perceber qual a perceção e opinião dos vários atores intervenientes num teatro de operações. A informação recolhida no presente inquérito é anónima e pretende ser um importante contributo ao desenvolvimento do tema.

- Qual a função que desempenha?

- ✓ Elemento de comando de um corpo de bombeiros
- ✓ Presidente de Câmara Municipal
- ✓ Dirigente de Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários
- ✓ Coordenador Municipal de Proteção Civil

- Quais são, para si, as principais funções do apoio logístico num teatro de operações?

- Quais os principais constrangimentos ou dificuldades que, ao nível do apoio logístico, considera verificarem-se nas operações de extinção de Incêndios Rurais (IR)?

- Quais considera serem os aspetos mais críticos que, ao nível do apoio logístico, se verificam nas operações de extinção de Incêndios Rurais (IR)?

- ✓ Fornecimento e transporte de alimentação
- ✓ Abastecimento de combustível
- ✓ Reparação de equipamentos e veículos
- ✓ Apoio sanitário
- ✓ Infraestruturas de apoio

- Na sua opinião qual deveria ser a entidade responsável pelo apoio logístico num teatro de operações com um número até 36 operacionais (Fase I do SGO)?

- ✓ Câmara Municipal através dos Serviços Municipais de Proteção Civil
- ✓ Associações Humanitárias
- ✓ Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
- ✓ Forças Armadas
- ✓ Cruz Vermelha Portuguesa
- ✓ Outra opção

- Na sua opinião qual deveria ser a entidade responsável pelo apoio logístico num teatro de operações com um número até 108 operacionais (Fase II do SGO)?

- ✓ Câmara Municipal através dos Serviços Municipais de Proteção Civil
- ✓ Associações Humanitárias
- ✓ Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
- ✓ Forças Armadas
- ✓ Cruz Vermelha Portuguesa
- ✓ Outra opção

- Na sua opinião qual deveria ser a entidade responsável pelo apoio logístico num teatro de operações com um número superior a 108 operacionais (Fase III do SGO)?

- ✓ Câmara Municipal através dos Serviços Municipais de Proteção Civil
- ✓ Associações Humanitárias
- ✓ Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil
- ✓ Forças Armadas
- ✓ Cruz Vermelha Portuguesa

✓ Outra opção

- Na sua opinião, qual deve ser o papel a desempenhar pelas Câmaras Municipais através dos Serviços Municipais de Proteção Civil, no âmbito do apoio logístico num teatro de operações?
- Na sua opinião, qual deve ser o papel a desempenhar pelas Associações Humanitárias detentoras de corpos de bombeiros, no âmbito do apoio logístico num teatro de operações?
- Na sua opinião, qual deve ser o papel a desempenhar pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, no âmbito do apoio logístico num teatro de operações?
- Na sua opinião, qual deve ser o papel a desempenhar pelas Forças Armadas, no âmbito do apoio logístico num teatro de operações?
- Na sua opinião, qual deve ser o papel a desempenhar pela Cruz Vermelha Portuguesa, no âmbito do apoio logístico num teatro de operações?
- Que soluções entende que poderão ser implementadas no sentido de melhorar o apoio logístico?
- Concorda com a afirmação: «Com o aumento da complexidade dos teatros de operações é necessário criar uma doutrina para o apoio logístico»?

✓ Concordo

✓ Não Concordo

- Concorda com a afirmação: «É necessária uma padronização (check-list obrigatória, por exemplo) para um apoio logístico eficaz»?

✓ Concordo

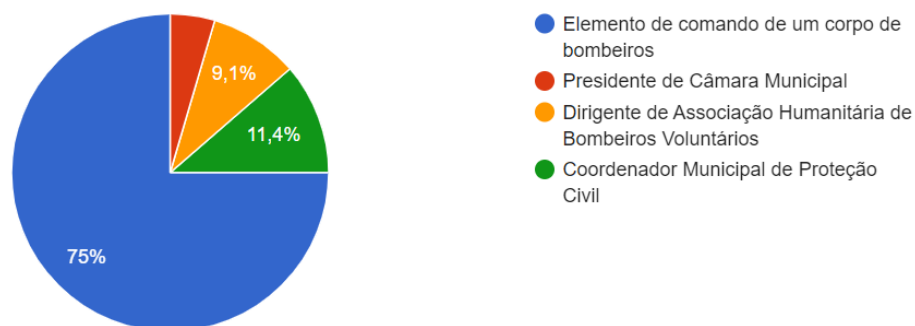
✓ Não Concordo

ANEXO E

RESPOSTAS AO INQUÉRITO

Inquérito aos atores num teatro de operações de Proteção Civil em Portugal

- Qual a função que desempenha?



Elemento de comando de um corpo de bombeiros	33 RESPOSTAS	75%
Presidente de Câmara Municipal	2 RESPOSTAS	4,5%
Dirigente de Ass. Hum. de Bombeiros Voluntários	4 RESPOSTAS	9,1%
Coordenador Municipal de Proteção Civil	5 RESPOSTAS	11,4%

- Quais são, para si, as principais funções do apoio logístico num teatro de operações?

- Garantir os recursos necessários para a resolução daquele "TO"
- Alimentação, combustível e Infraestruturas de apoio.
- Logística alimentar e de manutenção operacional dos veículos.
- Garantir todo o suporte e apoio para o desenvolvimento e execução da ação
- Proporcionar alimentação, combustível, pontos de água, reparações de veículos, apoio em caso de acidente com bombeiros, etc. etc...
- Fornecimento de refeições
- Organização de todo o suporte logístico com os diferentes atores
- Toda a logística é fundamental para garantir a continuidade da operação

- Alimentação, espaço descanso, higiene, abastecimento, reabilitação física/médica, reparações.
- A satisfação de todas as necessidades para o desenrolar da operação
- Todo o suporte logístico de apoio à operação
- Meios e recursos e reserva, apoio de serviços como alimentação, higiene, apoio sanitário, descanso e manutenção. Reabastecimentos e transportes.
- Garantia de todos os meios e recursos necessários para a prossecução das operações.
- Assegurar o levantamento dos meios e recursos e inventariar as carências, propondo as soluções adequadas para fazer face a acidentes graves ou catástrofes; Supervisionar e assegurar o acondicionamento, o controlo, a manutenção, o funcionamento e o transporte dos equipamentos de reserva estratégica existentes; Propor a criação de depósitos e centros de abastecimento; Estudar e planear o apoio logístico ao nível nacional a prestar às vítimas e forças de socorro em situações de emergência; Proceder à gestão do parque de veículos atribuídos; Articular com os serviços competentes as matérias relativas à rede de comunicações e rede informática sempre que estas envolvam os comandos de operações e os agentes de proteção civil; Organizar e assegurar o funcionamento das telecomunicações impostas pelas necessárias ligações entre os diferentes níveis de comando operacional e os agentes de proteção civil; Supervisionar e assegurar o controlo, a manutenção e o funcionamento da rede de comunicações dos corpos de bombeiros.
- Alimentação. Combustíveis. Equipamentos. Pessoal. Tudo o que seja necessário para sustentar a missão.
- Suporte às operações de socorro e antecipação das eventuais necessidades que vão surgir.
- Toda a logística é importante, mas, a alimentação para quem anda horas a fio num TO é fulcral é essencial.
- Dar sustentabilidade às necessidades dos meios que estão envolvidos na operação.

- Suportar todos os agentes e atividades desenvolvidas (alimentação, combustível, recursos, bens, etc)
- Alimentação e descanso pessoal
- Organização a tempo e a horas
- Apoio no combate. Repondo tudo o que seja necessário, como água, combustíveis etc
- Abastecimentos e alimentação de operacionais
- Manter a capacidade de trabalho dos operacionais
- Garantir a sustentabilidade da operação
- Terem capacidade de resposta nas solicitações do COS.
- Alimentação e descansos dignos, bem como a rotatividade do pessoal.
- Todo apoio necessário para o eficiente funcionamento das operações.
- Garantir a continuação das operações. A capacitação dos operacionais (alimentação, higiene e descanso) e dos equipamentos inerentes à missão!
- O fornecimento de toda a logística
- Alimentação
- Alimentação dos operacionais, combustível para veículos e máquinas, abastecimento de água veículos, áreas de descanso dos operacionais, reparação de veículos.
- Alimentação, Combustíveis, abastecimento de água, apoio sanitário e apoio às populações com necessidade de evacuação.
- Dar resposta as necessidades humanas e materiais
- Refeições, combustíveis, água ou outro equipamento ou material
- Dotar todos os intervenientes de um TO, dos equipamentos, meios e informações que necessitem com o objetivo de potenciar o seu trabalho, aumentando a sua eficácia e eficiência, contribuindo, deste modo, para a resolução da ocorrência.
- Assegurar que nada falte aos operacionais para o desempenho da sua missão.

- Garantir o bem-estar dos operacionais - alimentar e sanitário -.
- Alimentação
- O abastecimento alimentar e o abastecimento de combustível
- Alimentação
- Alimentação e combustível
- Combustível e alimentação

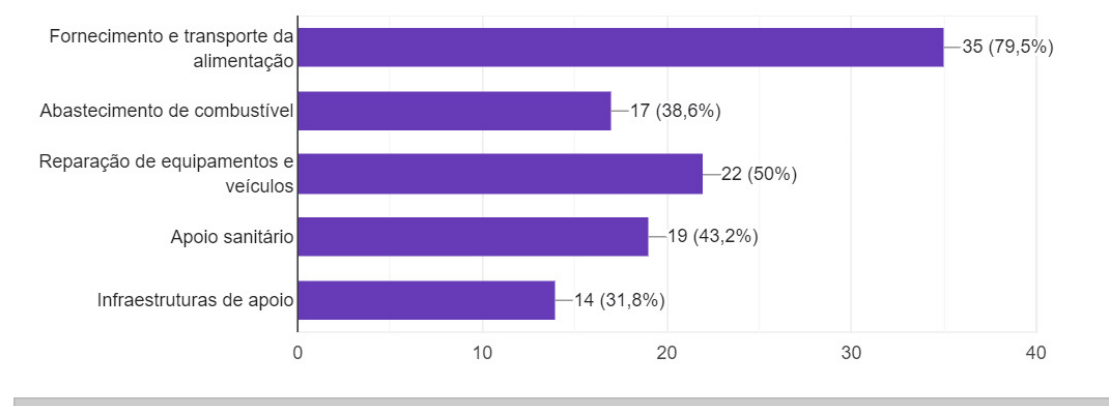
- Quais os principais constrangimentos ou dificuldades que, ao nível do apoio logístico, considera verificarem-se nas operações de extinção de Incêndios Rurais (IR)?

- Alimentação dos operacionais
- Resposta a avarias mecânicas, capacidade de fornecimento de grandes quantidades de refeições em locais com pouca oferta/capacidade de confeção alimentar. Questões relacionadas com as comunicações afetam por vezes a operação.
- Dificuldade na gestão da alimentação (adequada e atempadamente)
- Reparações com veículos, alimentação e abastecimento de combustível
- Reparação de equipamentos e veículos
- Distância /capacidade de resposta atempada
- A logística de grandes ocorrências, face as quantidades e custos associados, e dependência de terceiros.
- Alimentação de campanha e falta de autonomia das forças de apoio.
- A rápida satisfação das necessidades apresentadas
- Disponibilidade e autonomia financeira
- Reserva de recursos e zonas de apoio para descanso e alimentação.
- Falta de organização em questões como a alimentação e repouso dos operacionais.

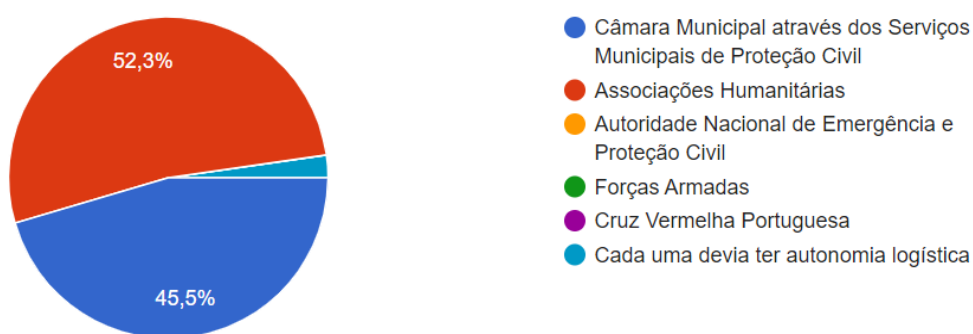
- Quem esta a fazer a função saiba as suas atribuições
- Avarias nos equipamentos e condições sanitárias
- Pouco recursos, dispersão de meios.
- Por vezes fazer chegar atempadamente aos operacionais todo o material e alimentação necessários para colmatar as necessidades urgentes.
- A falta de planeamento e em algumas situações por falta de coordenação dos diversos agentes de proteção civil.
- Alimentação na fase inicial da ocorrência;
- Num meio ""pequeno"", encontrar entidades que tenham capacidade para fornecer bens e alimentação (quando em grandes ocorrências) "
- O fornecimento de apoio logístico dentro do tempo útil
- As áreas onde ocorre o sinistro por vezes sem condições de comércio para apoio logístico
- Dificuldade em abastecer veículos de combustível quando se encontram longe das bombas, conseguir alimentação em grande dimensão e conseguir água para abastecimento de água para os auto tanques.
- Gestão de alimentação dos operacionais
- Os acessos e a falta de ligação com os operacionais
- Atrasos nas respostas as necessidades operacionais
- A ligação entre COS e os fornecedores da logística solicitada. Tempo de resposta
- Falta de alimentação, falta de sítios para descanso. Às vezes falta de rotatividade dos elementos em combate.
- Alimentação nas horas noturnas.
- Gestão do Pessoal
- A alimentação a horas certas
- Demora no fornecimento e qualidade

- Assegurar todas estas funções, seja por não existir na zona capacidade de resposta, mas sobretudo é que ninguém quer assumir a despesa. Também falta de articulação entre AHBV e o Município.
- Articulação entre as entidades intervenientes, capacidade de resposta das empresas no momento, ao nível do pessoal, infraestruturas e horários.
- A capacidade de resposta para alimentar os operacionais em tempo útil
- A logística relacionada com as refeições (quantidade, qualidade, pontualidade), local digno para a servir de modo a que os operacionais consigam abstrair-se e comer de forma correta. Locais e equipas preparadas para servir as refeições e prepara reforços.
- A interligação e a comunicação de todos os APC que se encontram no TO.
- Falta de locais de descanso
- Garantir que os operacionais têm tempo para se alimentar e para terem oportunidade de satisfazerem necessidades básicas.
- Encontrar fornecedores capazes de responder às necessidades
- Encontrar na comunidade respostas viáveis - em quantidade e em tempo - para dar resposta às necessidades alimentares
- Alimentar os bombeiros
- As quantidades
- Alimentar muita gente

- Quais considera serem os aspetos mais críticos que, ao nível do apoio logístico, se verificam nas operações de extinção de Incêndios Rurais (IR)?

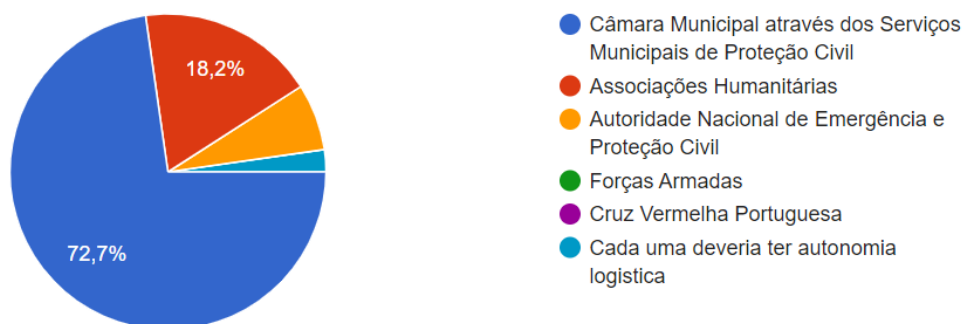


- Na sua opinião qual deveria ser a entidade responsável pelo apoio logístico num teatro de operações com um número até 36 operacionais (Fase I do SGO)?



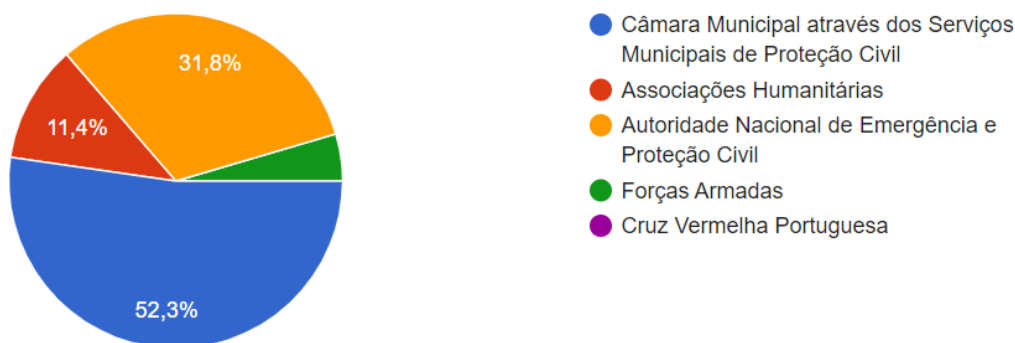
Câmara Municipal através dos SMPC	20 RESPOSTAS	45,5%
Associações Humanitárias	23 RESPOSTAS	52,3%
Autoridade Nacional EPC	0 RESPOSTAS	
Forças Armadas	0 RESPOSTAS	
Cruz Vermelha Portuguesa	0 RESPOSTAS	
Outra opção	1 RESPOSTA	2,3%

- Na sua opinião qual deveria ser a entidade responsável pelo apoio logístico num teatro de operações com um número até 108 operacionais (Fase II do SGO)?



Câmara Municipal através dos SMPC	32 RESPOSTAS	72,7%
Associações Humanitárias	8 RESPOSTAS	18,2%
Autoridade Nacional EPC	3 RESPOSTAS	6,8%
Forças Armadas	0 RESPOSTAS	
Cruz Vermelha Portuguesa	0 RESPOSTAS	
Outra opção	1 RESPOSTA	2,3%

- Na sua opinião qual deveria ser a entidade responsável pelo apoio logístico num teatro de operações com um número superior a 108 operacionais (Fase III do SGO)?



Câmara Municipal através dos SMPC	23 RESPOSTAS	52,3%
Associações Humanitárias	5 RESPOSTAS	11,4%
Autoridade Nacional EPC	14 RESPOSTAS	31,8%
Forças Armadas	2 RESPOSTAS	4,5%
Cruz Vermelha Portuguesa	0 RESPOSTAS	
Outra opção	0 RESPOSTAS	

- Na sua opinião, qual deve ser o papel a desempenhar pelas Câmara Municipais através dos Serviços Municipais de Proteção Civil, no âmbito do apoio logístico num teatro de operações?

- Supervisionar e garantir que logística seja efetuada atempadamente e em função das necessidades
- Total responsabilidade até à fase II.
- Deve desempenhar um papel de planeamento e antecipação da componente logística, especialmente nos períodos de maior risco.
- Devem, em articulação com as várias entidades, garantir o apoio logístico necessário.
- Proporcionar alimentação em incêndios "médios", mecânicos e oficina camarária

- Organização e apoio à distribuição do apoio logístico
- Apoio refeições, combustível, reparação de veículos
- Ter planeamento de resposta logística até à fase II do SGO
- A Câmara Municipal, através do SMPC, deve ter um papel mais interventivo no SGO, e aí assumir todo o planeamento logístico em ocorrências de âmbito municipal.
- Operações superiores a H24 em todas as componentes anteriormente descritas.
- Apoio e resposta às necessidades verificadas pela célula de logística
- Todo
- Assegurar na íntegra todo o que está inerente á logística.
- Apoiar técnica e operacionalmente bem como suportar alguns encargos/custos das operações.
- Apoiar o Posto de Comando
- Sanitária, combustível e assistência técnica
- Gestão da logística em colaboração com o oficial de logística
- Prestar todo o apoio necessário de logística e fornecimento de maquinaria pesada para a decisão atempado das missões.
- Deveriam estar preparados para assumir as necessidades logísticas de um teatro de operações quando se esgota a capacidade de resposta dos Corpos de Bombeiros.
- Fornecer todos os meio, recursos e bens, inerentes ao suporte real das operações de socorro. Apoio de retaguarda, e técnico às operações.
- O melhor possível
- Apoio a toda logística duma ocorrência
- Ter em prontidão combustíveis, máquinas de rastos e outros, servir alimentação em locais apropriados.
- Retaguarda para apoio à população

- Apoiar sempre que ultrapasse os meios do concelho
- Até determinado nível de empenhamento garantir apoio acima desse nível assumem e implementação/execução dos levantamentos e planos adequados às ocorrências de forma a que o COS fique mais livre e possa manter o foco no combate/operação
- Oficial de ligação com os formadores e ser entidade contratante de todos os serviços
- Fornecer locais dignos para alimentação e descanso do pessoal.
- Apoio e transporte de alimentação e combustível.
- Suporte primário.
- Ter uma estrutura para ficar responsável pelo apoio logístico alimentação.
- A resposta deve ser plena, desde a primeira hora.
- As câmaras deviam assumir toda a logística a partir da fase II do SGO, em articulação com as Associações Humanitárias. Coordenado pelo SMPC e envolvendo os restantes serviços do Município.
- Assumir a responsabilidade de toda a logística da operação. Recolher a informação do Posto de Comando sobre as necessidades através do SMPC e este planear, coordenar os prestadores de serviços e restantes entidades que concorrem para dar apoio na operação.
- Estabelecer os contatos com a restauração, transporte e distribuição da mesma
- O papel é crucial, envolvendo associações e meios próprios como as Unidades Locais de Proteção Civil
- Desenvolver as atividades necessárias para apoiar e fornecer os meios, informações e infraestruturas solicitadas pelo PCO
- Devem ser os primeiros responsáveis e para isso devem ter um plano bem definido anteriormente
- Cumprir o que está descrito na Lei
- Apoiar as associações de bombeiros

- Apoiar as associações de bombeiros
- Apoiar as associações de bombeiros
- Ajudar as associações de bombeiros
- Dar apoio às associações de bombeiros

- Na sua opinião, qual deve ser o papel a desempenhar pelas Associações Humanitárias detentoras de corpos de bombeiros, no âmbito do apoio logístico num teatro de operações?

- Garantir que a logística seja efetuada atempadamente e em função das necessidades
- Responsabilidade partilhada com ANEPC e SMPCM.
- As Associações devem concentrar a sua total responsabilidade na logística dentro da fase I. A partir de aí os custos inerentes a operação podem comprometer o bom funcionamento da logística uma vez que as associações não tem capacidade de suportar elevadas despesas a cabeça, o que leva o escalão de decisão a retrair-se de tomar decisões.
- Garantir, durante a fase I, o apoio direto e imediato
- Toda a logística em incêndios de pequenas dimensões
- Elo de ligação com o Posto de comando
- Apoio sanitário
- Capacidade de apoio no eventual transporte de material logístico
- Garantir a operacionalidade
- Apenas as forças que detêm
- Dar resposta na fase I e II
- Cooperação
- Apoiar diretamente o Corpo de Bombeiros, garantindo que nada falta.
- Apoio ao SMPC versus Posto de Comando

- Apenas na fase I
- Participar no solicitado pela câmara municipal
- Dar ao Comando e operacionais todo o apoio necessário para o cabal e eficaz desempenho das missões.
- Deveriam assumir a logística numa primeira fase, fase inicial, até se esgotar a capacidade de resposta (Fase II) (refiro-me a todas as EDCB, independente da sua tipologia AHBV ou CM) suportar e garantir o normal funcionamento do CB, tanto ao nível de meios materiais e humanos.
- Apoio ao município para logística
- Deverá preocupar-se que nada falte ao apoio ao combate.
- Apoio inicial até estabilização de PC
- Apoiar numa primeira linha.
- Garantir a sustentabilidade até determinado nível de empenhamento
- Nenhuma
- Prestar apoio logístico a grupos de bombeiros pré-posicionados. Apoio com equipas de combate a Grifs ou Gruatas que vêm de fora.
- Alimentação
- Nenhum. Eventualmente o protocolado com o SMPC
- Não havia de ter essa responsabilidade
- Garantir prontidão dos meios
- Deve ser da responsabilidade das Associações Humanitárias a logística na fase I do SGO. A partir da fase II passa essa responsabilidade para o Município, mantendo um contacto e a informação atualizada.
- Assegurar a informação das necessidades de logística, apoiar e planear com SMPC a resposta. Disponibilizando os seus recursos, nomeadamente quartel e veículos 4x4 para transporte de alimentação.
- Estabelecer protocolos com a restauração e gasolinhas para a fase I do SGO

- Este apoio deve ocorrer numa primeira intervenção, sendo que se for feito por esta o valor será devolvido pela ANEPC, enquanto o município não tem essa possibilidade.
- Devem fornecer todo o apoio logístico, que estiver à sua disposição, necessário à manutenção de todo o dispositivo que estiver no TO
- Devem garantir que as suas equipas tenham esse apoio na intervenção inicial
- Garantir todo o apoio na medida limite das suas capacidades
- Todo o apoio logístico
- Desenvolver todas as operações logísticas
- Garantir todo o apoio logístico
- Alimentar os bombeiros e garantir locais para abastecimento de combustível
- Fazer tudo

- Na sua opinião, qual deve ser o papel a desempenhar pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, no âmbito do apoio logístico num teatro de operações?

- Organização de postos de comando devidamente estruturado
- Total responsabilidade a partir da fase III.
- A ANEPC não tem capacidade logística instalada ao nível local, pelo que o papel a desempenhar é reduzido ou nulo.
- Ser a ponte de articulação entre as AM e demais entidades que podem trabalhar no apoio logístico, nomeadamente CVP, FA, etc
- Se está legislado ser o Órgão Máximo, deverá desempenhar sempre TODAS AS FUNÇÕES que lhe estão inerentes
- Financiamento e coordenação
- Comunicação
- Toda a resposta logística a partir da fase III

- Dispor meios de âmbito nacional
- Operações supramunicipais superiores a fase III e multientidades.
- Ter capacidade de resposta para TOs a partir da fase III
- Todo o suporte após a fase IV SGO
- Apoio financeiro às despesas incorridas.
- Suporte dos encargos significativos da operação.
- Dar respostas aos pedidos dos SMPC
- Fase III
- Supervisão
- Coordenar atempadamente todo o apoio logístico para que nada falhe.
- Deveria assumir a logística em situações em que as Associações e ou os Municípios, não tivessem capacidade de resposta.
- Em ocorrência de maior envergadura, quando existe incapacidade dos serviços locais, empenhar meios e recursos de âmbito nacional, designadamente de outras APC (p.ex. FFAA)
- Pagamento
- Coordenar e verificar que nada falhe
- Garantir toda a capacidade operacional fornecendo e gerindo toda as necessidades de sobrevivência aos operacionais
- Apoiar quando envolva forças de reforço de outras sub-regiões
- Proporcionar todo o tipo de apoio desde um nível mais básico até um empenhamento elevado, sendo que em determinadas situações de exceção devem assegurar esse apoio através de empenhamento de outras forças como exército marinha....
- Nenhuma, não tem qualquer estrutura para tal
- Apoio logístico a teatros de operações de grande envergadura, pois torna-se in comportável financeiramente aos corpos de bombeiros.

- Alimentação e combustível
- Suporte Secundário
- Dar condições aos municípios para fornecer esse apoio logístico
- Garantir despacho de meios diferenciados
- Pagar toda a logística da operação, às Associações Humanitárias e aos Municípios. Fiscalizar se foram cumpridas as normas para que nada falte aos operacionais e chegue a tempo e horas.
- Assumir toda a parte financeira da operação, quer seja das Associações Humanitárias quer dos Municípios. Obrigando a cumprir as regras, horários e número de refeições, infraestruturas de apoio, etc
- A criação de uma cantina de campanha e sanitários assim como tendas para áreas de descanso em incêndios da fase III em diante
- A ANEPC deverá ter um papel ativo nas ocorrências acima da fase 3 ou 4, consoante a realidade do concelho ou periferias. Um concelho como Condeixa tem uma capacidade de resposta de super e hipermercados que um concelho como Oleiros não tem.
- Num TO nem fase mais desenvolvida, deveria ter meios próprios para assegurar a logística e apoiar as Câmaras Municipais
- Garantir que, havendo necessidade, há a possibilidade de acionar outros meios externos ao município.
- Apoiar as associações de bombeiros
- Financiar as associações de bombeiros
- Financiar as associações de bombeiros
- Pagar às associações de bombeiros os gastos que tiveram
- Dar apoio às associações de bombeiros

- Na sua opinião, qual deve ser o papel a desempenhar pelas Forças Armadas, no âmbito do apoio logístico num teatro de operações?

- Apoiar as medidas de consolidação e vigilância
- Determinadas situações os seus meios sejam os indicados para a operação.
- Concordo que poderiam ter um papel muito mais ativo na componente logística. Seria bom para as próprias FA no sentido de criar rotina.
- Apoio na confeção e distribuição no âmbito alimentar, vigilância pós incêndio, Organização e limitação de acessos nas zonas envolventes aos incêndios, etc
- Apoio na alimentação com as suas cozinhas móveis e vigilância aérea e apeada
- Logística no que respeita ao apoio sanitário, alimentação e zona de descanso
- Refeições
- Apoiar a ANEPC sempre que solicitado
- Garantir uma reserva tática para apoiar na logística de Emergência
- Operações regionais, internacionais ou de catástrofe.
- Em TOs de grande dimensão, garantir a confeção e fornecimento de alimentação e montagem de zonas de descanso
- Implementação do apoio sanitário
- Nenhum
- Suporte com meios e material (veículos, equipamento para descanso, transporte).
- Dar respostas a ANEPC
- Situações que ultrapassem vários dias
- Resposta a situações com necessidade de logística de maior dimensão
- Meios aéreos nos TO em tempo útil e com autonomia mais alargada em zonas de difícil acesso no terreno até colocação de meios terrestres
- Poderia ser uma mais-valia, pois possuem meios humanos e técnicos que ninguém tem e poderiam ser aproveitados como complemento.
- Confeção e Fornecimento de alimentação. Fornecimento de combustível no TO.

- Logística e vigilância
- Apoio sanitário e ajudar os SMPC na preparação e confecção da alimentação e criação de infraestruturas.
- Segurança evacuação e apoio à consolidação e rescaldo
- Apoiar com a infraestrutura
- Apoiar em situações de exceção
- Nenhuma, tem uma demora na capacidade de resposta muito grande
- Deveria ser responsável por todos os meios aéreos de combate e de vigilância aos incêndios.
- Evacuação e segurança.
- Nenhum
- Dar apoio logístico nas áreas que lhe compete.
- Garantir efetivos para o combate
- Como têm meios em prontidão, que podem intervir, deviam apoiar a partir da fase III do SGO ou em Teatros de Operações mais complexos.
- Apoiarem na prevenção, na vigilância e no apoio logístico ao nível das refeições. Pois têm meios para o fazer.
- Rescaldo e vigilância
- Deve ser de apoio em locais em que não existe capacidade de resposta ou eventos acima da fase V
- Implementar diretivas, de âmbito nacional, que criem regulamentos, estruturas, organização e métodos de implementação para o apoio logístico durante uma emergência.
- Se apoio ou em complemento da ANEPC
- Garantir o apoio logístico em situações de larga escala
- Agir quando as associações de bombeiros não conseguem
- Intervir quando as associações de bombeiros não o conseguirem

- Nas operações de grandes dimensões
- Ajudar as associações de bombeiros
- Dar apoio às associações de bombeiros

- Na sua opinião, qual deve ser o papel a desempenhar pela Cruz Vermelha Portuguesa, no âmbito do apoio logístico num teatro de operações?

- Apoio no socorro
- Apoio sanitário.
- A CVP no apoio sanitário é uma opção a considerar.
- Garantir o apoio sanitário, gestão e manutenção de estruturas de apoio, distribuição de alimentação, etc
- Apoio a nível de saúde e distribuição de bens alimentares
- N/A
- Apoio sanitário
- Capacidade de Empenhamento de meios e recursos nomeadamente apoio médico sanitário de acordo com o solicitado pela ANEPC
- Disponibilizar recursos humanos para apoiar na logística da operação, em áreas específicas.
- Nenhum, autonomia das suas forças e desempenho de missões da sua competência.
- Assegurar distribuição da alimentação
- Alimentação
- Transporte nas evacuações quando necessário.
- Apoio sanitário aos operacionais e a possíveis vítimas ligeiras do sinistro.
- Dar respostas a ANEPC
- Assistência á população envolvida
- Apoio

- Apoio logístico.
- Deve ser dado o apoio com os meios que têm ao dispor, que em articulação com as outras forças poderia ser bastante positivo.
- Assistência complementar, designadamente apoio ao nível da EPH e assistência social
- Socorro na necessidade
- Apoio sanitária à população libertando os BV
- O apoio sanitário
- Apoio nas evacuações
- Evacuação de pessoas, para locais seguros, prestando todo o apoio sanitário. Assegurar os serviços de saúde, transportes e diálises, dos corpos de bombeiros, onde decorrem incêndios rurais, para libertar mais homens e meios para o combate.
- Apoio logístico
- Nenhum
- Apoio sanitário
- Prontidão para socorro
- Apoiar ao nível sanitário, de evacuação de populações e nas ZCAP.
- Realizarem as evacuações, coordenadas pelo Posto de Comando em articulação com a GNR. Apoio sanitário no TO e nas infraestruturas.
- Apoio sanitário, evacuação de populações e transporte ao hospital de feridos ou doentes
- Consoante a tipologia de incidente poderá ser desde o apoio sanitário ao apoio logístico de alimentação.
- No âmbito da sua atuação e competências apoiar o PCO.
- Deve garantir as questões sanitárias
- Não me parece que tenha um papel a desempenhar

- Apoiar as associações de bombeiros
- Apoiar as associações de bombeiros
- Apoiar as associações de bombeiros
- Ajudar as associações de bombeiros
- Dar apoio às associações de bombeiros

- Que soluções entende que poderão ser implementadas no sentido de melhorar o apoio logístico?

- Organização e interajuda de todas as entidades
- A solução parece-me que deve ser evolutiva ou seja a responsabilidade ser partilhada conforme as várias fases do SGO. Começar na AHBV, conforme a evolução passar para CM e grandes ocorrências a ANEPC.
- Capacitar cada município com Bases de Apoio Logístico para sustentar operações de grande envergadura. Capacitar instalações quem albergue pessoal em descanso e que permita a capacidade de manter o mesmo pessoal por mais tempo no mesmo incêndio.
- As entidades, nomeadamente as AH e as CM, tenham equipas pré definidas e capazes para apoiar a célula de logística nos TO's
- Os Bombeiros devem impor que a ANEPC cumpra o seu dever
- Entidade para coordenação e gestão da logística.
- Planeamento da resposta
- Capacitação das competências dos SMPC
- Escalonar os níveis de responsabilidade logística e todas as forças de apoio terem autonomia mínima.
- Melhor definição de responsabilidade. Ter entidades definidas para essas missões
- Padronização das respostas
- Os SMPC, devem assumir ao nível local a resposta em termos de logística

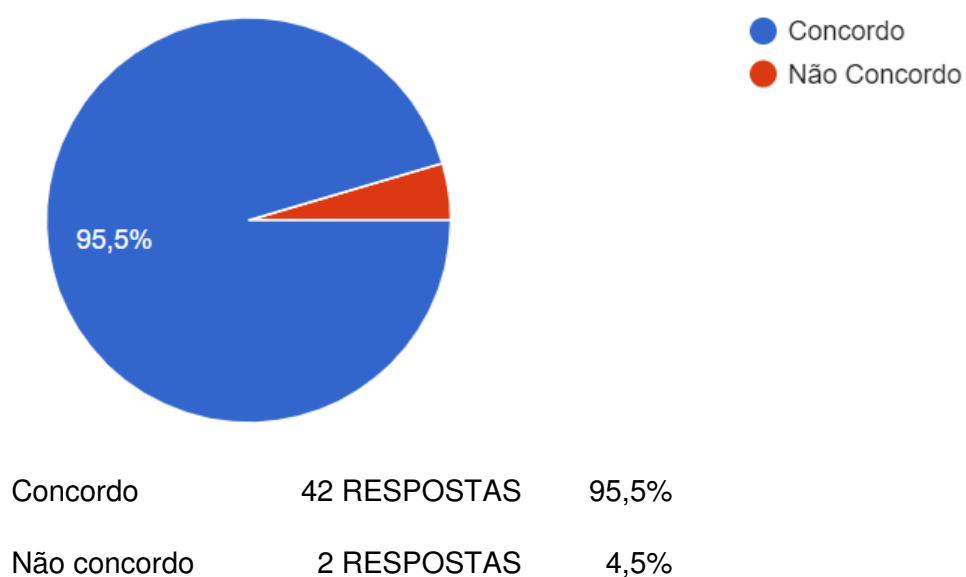
- Definição de procedimentos padronizados e formação (nesse sentido) aos diversos agentes.
- Mais formação de todos os intervenientes
- Reorganização das responsabilidades de cada agente
- Formação. Determinação de planos específicos para esta área
- Todos os APC são necessários em várias valências para um excelente desempenho coordenado para o fim das missões ser com sucesso
- Deve existir uma melhor planificação e articulação pós ocorrência e se esse trabalho for feito de forma exaustiva tudo poderá ser mais facilitado.
- Criação de novo modelo, concretizado pelas Câmaras Municipais e pelas CIM, e suportado e apoiado pela ANEPC, trazendo para o sistema os demais APC que têm meios e recursos "empenháveis" nas ocorrências.
- Organização e planeamento para o caso
- Unidades móveis de sobrevivência e apoio logístico.
- Melhor planeamento
- Elaborar levantamentos e estudos e serem testados para quando necessária a sua aplicabilidade serem funcionais e ser uma ajuda fundamental no sucesso
- Pré negociação com os fornecedores por parte dos municípios
- Devem as câmaras municipais assegurar o apoio logístico, com apoio da autoridade nacional, nomeadamente na alimentação e descanso, em espaços dignos e afastados das frentes de fogo. Deve a Cruz Vermelha assegurar as evacuações e todo o serviço de saúde, para libertar todos os bombeiros para combate ao incêndio.
- Aplicar o que treina nos simulacros com a VCOC. Na prática em termos apoio logístico não se faz. Simulacro específicos na área do apoio logístico.
- Planeamento conciso e assunção de responsabilidades
- O apoio logístico não deve ser da responsabilidade das associações
- Comunicação entre entidades

- Definição das normas que a logística deve conter, implementar e cumprir nos IR. Atribuir responsabilidade de execução e pagamento da despesa. Criar mecanismos alternativos quando não existe capacidade de resposta ou Entidades que não respondam às necessidades.
- Legislar no sentido de ficar escrito o que fui dizendo nos pontos anteriores. Definindo competências de cada Entidade, financiamento, normas para as várias fases do SGO.
- Melhor interligação entre os vários agentes de proteção civil e a ANEPC de forma a determinar quem e o que faz cada um deles.
- Bastantes, desde os CB's aos SMPC deverão ser capazes de resolver situações pelo menos até à fase 3.
- Diretivas e normas de âmbito nacional que regulamentem o apoio logístico.
- Fazer um bom planeamento
- Formar as direções de bombeiros para estas tarefas de apoio logístico.
- Apoiar as associações de bombeiros
- Formar os dirigentes das associações de bombeiros
- Dar formação aos diretores das associações
- Formar os diretores das associações de bombeiros
- Dar mais formação aos dirigentes das AH

- Concorda com a afirmação: «Com o aumento da complexidade dos teatros de operações é necessário criar uma doutrina para o apoio logístico»?



- Concorda com a a afirmação: «É necessária uma padronização (*checklist* obrigatória, por exemplo) para um apoio logístico eficaz»?



ANEXO F
MODELO CHECKLIST

CHECKLIST	
VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	
COMBUSTÍVEIS	
Posto de Combustível # 01 Contato - Horário de Funcionamento - Localização - Transporte de Combustível até ao TO? ADD Blue?	Posto de Combustível # 02 Contato - Horário de Funcionamento - Localização - Transporte de Combustível até ao TO? ADD Blue?
MECÂNICA - EQUIPAMENTOS	
Oficina para Motosserras Contato - Horário de Funcionamento - Localização -	Oficina para Motobombas Contato - Horário de Funcionamento - Localização -
MECÂNICA - VEÍCULOS	
Oficina para Veículos Pesados Contato - Horário de Funcionamento - Localização - Reparações no TO?	Oficina para Veículos Ligeiros Contato - Horário de Funcionamento - Localização - Reparações no TO?
Fornecedor de Pneus Contato - Horário de Funcionamento - Localização - Reparações no TO?	
OBSERVAÇÕES:	

CHECKLIST																																																																																	
OPERACIONAIS																																																																																	
ALIMENTAÇÃO																																																																																	
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center; padding: 5px;">Pequeno Almoço</th> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 5px;">Hora de Referência - 07h00</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 5px;">Quantidade -</td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center; padding: 5px;">DISTRIBUIÇÃO UNIDOSE</th> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 garrafa de água 0,33 ou 0,5L</td> <td style="width: 50px;"></td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 pacote de sumo</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 peça de fruta</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">2 sandes</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 barra de cereais ou 1 pacote de bolachas</td> <td></td> </tr> </table> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center; padding: 5px;">Lanche</th> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 5px;">Hora de Referência - 16h00</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 5px;">Quantidade -</td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center; padding: 5px;">DISTRIBUIÇÃO UNIDOSE</th> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 garrafa de água 0,33 ou 0,5L</td> <td style="width: 50px;"></td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 pacote de sumo</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 peça de fruta</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">2 sandes</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 barra de cereais ou 1 pacote de bolachas</td> <td></td> </tr> </table> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center; padding: 5px;">Jantar</th> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 5px;">Hora de Referência - 19h00</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 5px;">Quantidade -</td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center; padding: 5px;">DISTRIBUIÇÃO UNIDOSE</th> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 garrafa de água 0,33 ou 0,5L</td> <td style="width: 50px;"></td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 pacote de sumo</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 peça de fruta</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 pão</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 Talheres descartáveis c/ guardanapo</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 Refeição em marmita descartável</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 5px;"> Opções: Jardineira Feijoada Rancho Arroz/Massa com frango Arroz/Massa com carne Lombo assado com arroz e batata </td> </tr> </table>	Pequeno Almoço		Hora de Referência - 07h00		Quantidade -		DISTRIBUIÇÃO UNIDOSE		1 garrafa de água 0,33 ou 0,5L		1 pacote de sumo		1 peça de fruta		2 sandes		1 barra de cereais ou 1 pacote de bolachas		Lanche		Hora de Referência - 16h00		Quantidade -		DISTRIBUIÇÃO UNIDOSE		1 garrafa de água 0,33 ou 0,5L		1 pacote de sumo		1 peça de fruta		2 sandes		1 barra de cereais ou 1 pacote de bolachas		Jantar		Hora de Referência - 19h00		Quantidade -		DISTRIBUIÇÃO UNIDOSE		1 garrafa de água 0,33 ou 0,5L		1 pacote de sumo		1 peça de fruta		1 pão		1 Talheres descartáveis c/ guardanapo		1 Refeição em marmita descartável		Opções: Jardineira Feijoada Rancho Arroz/Massa com frango Arroz/Massa com carne Lombo assado com arroz e batata		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center; padding: 5px;">Almoço</th> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 5px;">Hora de Referência - 12h00</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 5px;">Quantidade -</td> </tr> <tr> <th colspan="2" style="text-align: center; padding: 5px;">DISTRIBUIÇÃO UNIDOSE</th> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 garrafa de água 0,33 ou 0,5L</td> <td style="width: 50px;"></td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 pacote de sumo</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 peça de fruta</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 pão</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 Talheres descartáveis c/ guardanapo</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="padding: 5px;">1 Refeição em marmita descartável</td> <td></td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 5px;"> Opções: Jardineira Feijoada Rancho Arroz/Massa com frango Arroz/Massa com carne Lombo assado com arroz e batata </td> </tr> </table> Observações:	Almoço		Hora de Referência - 12h00		Quantidade -		DISTRIBUIÇÃO UNIDOSE		1 garrafa de água 0,33 ou 0,5L		1 pacote de sumo		1 peça de fruta		1 pão		1 Talheres descartáveis c/ guardanapo		1 Refeição em marmita descartável		Opções: Jardineira Feijoada Rancho Arroz/Massa com frango Arroz/Massa com carne Lombo assado com arroz e batata	
Pequeno Almoço																																																																																	
Hora de Referência - 07h00																																																																																	
Quantidade -																																																																																	
DISTRIBUIÇÃO UNIDOSE																																																																																	
1 garrafa de água 0,33 ou 0,5L																																																																																	
1 pacote de sumo																																																																																	
1 peça de fruta																																																																																	
2 sandes																																																																																	
1 barra de cereais ou 1 pacote de bolachas																																																																																	
Lanche																																																																																	
Hora de Referência - 16h00																																																																																	
Quantidade -																																																																																	
DISTRIBUIÇÃO UNIDOSE																																																																																	
1 garrafa de água 0,33 ou 0,5L																																																																																	
1 pacote de sumo																																																																																	
1 peça de fruta																																																																																	
2 sandes																																																																																	
1 barra de cereais ou 1 pacote de bolachas																																																																																	
Jantar																																																																																	
Hora de Referência - 19h00																																																																																	
Quantidade -																																																																																	
DISTRIBUIÇÃO UNIDOSE																																																																																	
1 garrafa de água 0,33 ou 0,5L																																																																																	
1 pacote de sumo																																																																																	
1 peça de fruta																																																																																	
1 pão																																																																																	
1 Talheres descartáveis c/ guardanapo																																																																																	
1 Refeição em marmita descartável																																																																																	
Opções: Jardineira Feijoada Rancho Arroz/Massa com frango Arroz/Massa com carne Lombo assado com arroz e batata																																																																																	
Almoço																																																																																	
Hora de Referência - 12h00																																																																																	
Quantidade -																																																																																	
DISTRIBUIÇÃO UNIDOSE																																																																																	
1 garrafa de água 0,33 ou 0,5L																																																																																	
1 pacote de sumo																																																																																	
1 peça de fruta																																																																																	
1 pão																																																																																	
1 Talheres descartáveis c/ guardanapo																																																																																	
1 Refeição em marmita descartável																																																																																	
Opções: Jardineira Feijoada Rancho Arroz/Massa com frango Arroz/Massa com carne Lombo assado com arroz e batata																																																																																	

CHECKLIST													
OPERACIONAIS													
ALIMENTAÇÃO													
Reforços #1 e #2 Hora de Referência - 02h00 Quantidade - DISTRIBUIÇÃO UNIDOSE <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="padding: 2px;">2 garrafa de água 0,33 ou 0,5L</td> <td style="width: 50px;"></td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">2 pacote de sumo</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">2 peça de fruta</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">2 sandes</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">2 barra de cereais ou 2 pacote de</td> <td></td> </tr> <tr> <td style="padding: 2px;">bolachas</td> <td></td> </tr> </table>	2 garrafa de água 0,33 ou 0,5L		2 pacote de sumo		2 peça de fruta		2 sandes		2 barra de cereais ou 2 pacote de		bolachas		Água para hidratação Quantidade de referência - 5l/24h/Bombeiro Garrafas de 0,33 ou 0,5L Quantidade -
2 garrafa de água 0,33 ou 0,5L													
2 pacote de sumo													
2 peça de fruta													
2 sandes													
2 barra de cereais ou 2 pacote de													
bolachas													
Notas : 1 - O lanche pode ser entregue com o almoço 2 - Os reforços #1 e #2 podem ser entregues com o jantar													
Base Logística Alimentar # 01 Contato - Localização - Capacidade de frio? Mesas de apoio? Acessos?	Local p/ Consumo Alimentar # 01 Contato - Horário de funcionamento - Localização - Capacidade lugares sentados - Capacidade de fornecimento - Estacionamento												
Local p/ Consumo Alimentar # 02 Contato - Horário de funcionamento - Localização - Capacidade lugares sentados - Capacidade de fornecimento - Estacionamento	Local p/ Consumo Alimentar # 03 Contato - Horário de funcionamento - Localização - Capacidade lugares sentados - Capacidade de fornecimento - Estacionamento												
Observações:													

CHECKLIST	
OPERACIONAIS APOIO SANITÁRIO Descanso e Higiene Pavilhões / Escolas / Piscinas com Balneários	
Local # 01 Contato - Horário de funcionamento - Localização - Capacidade balneários - Capacidade para dormida - Estacionamento	Local # 02 Contato - Horário de funcionamento - Localização - Capacidade balneários - Capacidade para dormida - Estacionamento
Saúde Hospitais / Centros de saúde / Clínicas	
Local # 01 Contato - Horário de funcionamento - Localização -	Local # 02 Contato - Horário de funcionamento - Localização -
Observações:	